RELATÓRIO E CONTAS 2025

Misericórdia de Santo Tirso

Índice

1 . Corpos Sociais ---------- 04

2 . Organograma Institucional ---------- 05

3 . Mensagem Mesa Administrativa ---------- 06

4 . Considerações Gerais ---------- 07

5 . Demonstrações Financeiras ---------- 31

6 . Análise ---------- 34

7 . Anexos ---------- 41

Anexo ----------

Certificação Legal das Contas ----------

Parecer do Conselho Fiscal ----------

1. Corpos Sociais

CORPOS SOCIAIS PARA O QUADRIÉNIO 2023-2026

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	-	**Maria Gabriela Moreira Costa Sousa**
Vice-Presidente	-	José Luís Freitas Queirós
Secretários	-	Maria Elisabete Ferreira Coelho

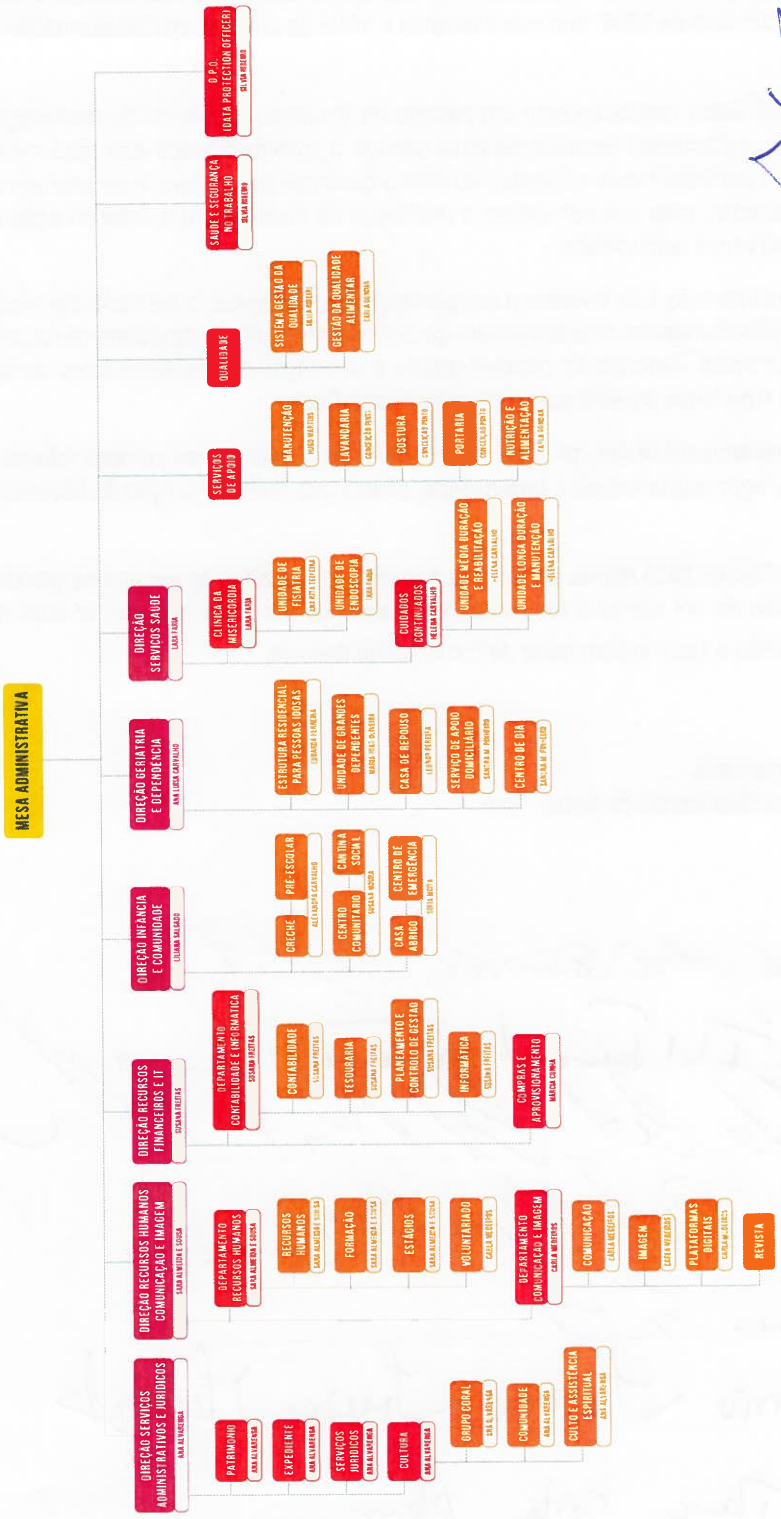
MESA ADMINISTRATIVA

Provedor	-	**José dos Santos Pinto** (com funções suspensas, por motivos imperativos de saúde)
Vice-Provedor	-	Ricardo José Salvador Baptista
Secretária	-	Fernanda Isabel Faria Lages Torres
Tesoureiro	-	Hélder Roberto Vilela Araújo
Vogais	-	José Pedro Castro Costa Morêda Miranda
	-	Francisco Manuel Cardoso Faria
	-	Lucília Maria Costa Afonso
	-	António Lereno Sousa Machado
Substitutos	-	José Luís de Sousa Marques

CONSELHO FISCAL

Presidente	-	**António Jorge Pereira Ribeiro**
Vice-Presidente	-	Artur Manuel C. Guimarães Santoalha
Secretário	-	Albino Agostinho Martins Sousa
Substitutos	-	Sérgio Miguel Azevedo Carneiro
	-	Emílio Castelar Oliveira
	-	Paulo Jorge Almeida Ferreira Dias

2. Organograma Institucional



MOD. 315/12

3. Mensagem da Mesa Administrativa

A Mesa da Irmandade e a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso apresentam o Relatório e Contas referente ao exercício de 2025, ano que assinalou o início de um ciclo de transformação profunda na vida da Instituição.

O ano de 2025 ficará marcado como um período de mudança estrutural, de modernização dos nossos serviços e de ajustamentos necessários para reforçar a sustentabilidade da nossa missão social. Estes esforços foram particularmente exigentes no último quadrimestre do ano, momento em que enfrentámos desafios acrescidos, mas que reforçaram a resiliência da instituição e a determinação das equipas que diariamente servem a comunidade.

Ao longo deste exercício, promovemos a reorganização de processos, a melhoria dos modelos de gestão e a implementação de medidas orientadas para garantir maior eficiência, qualidade de resposta e capacidade de intervenção social. Tudo isto foi possível graças à dedicação dos colaboradores, ao apoio dos irmãos, dos parceiros e de todos aqueles que confiam na Santa Casa.

Cientes das responsabilidades que nos foram confiadas, continuamos comprometidos com valores de transparência, rigor, solidariedade e proximidade, pilares que norteiam a ação da Misericórdia desde a sua fundação.

O Relatório e Contas 2025 reflete, assim, não apenas os resultados de um ano de grande exigência, mas também o início de um caminho renovado, que queremos continuar a percorrer com responsabilidade, sentido de missão e foco no bem-estar da comunidade tirsense.

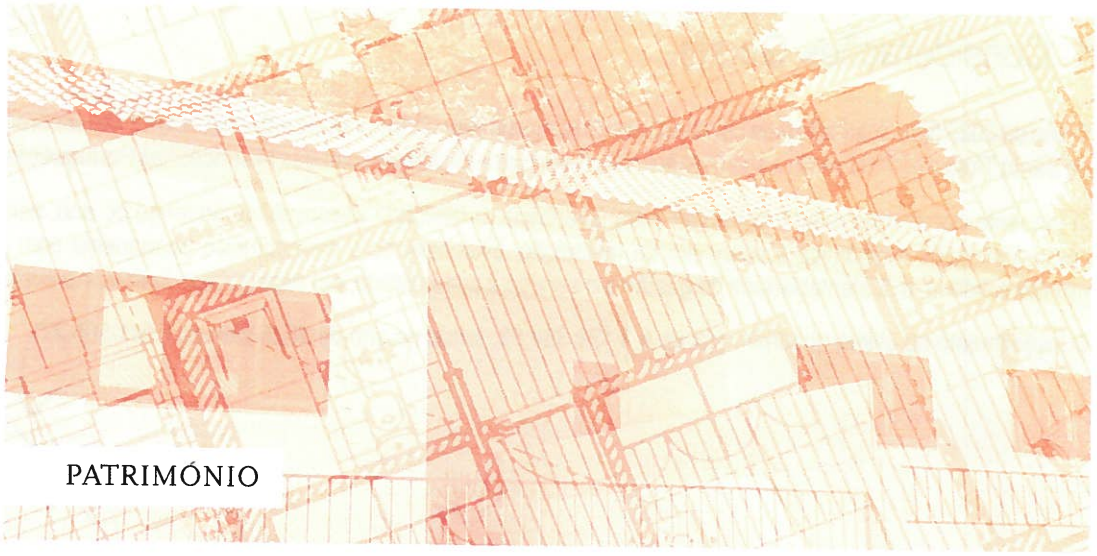
A Mesa da Irmandade
Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso

4. Considerações Gerais

O ano de 2025 ficou marcado pela continuidade do compromisso da Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso (ISCMST) com a sua missão que prossegue a missão secular das Misericórdias Portuguesas.

O presente documento reflete, com rigor e transparência, a atividade desenvolvida ao longo do ano, bem como a situação económica e financeira da Instituição, evidenciando o compromisso permanente com a missão solidária, a sustentabilidade da gestão e o serviço à comunidade, em especial aos mais vulneráveis.

O investimento no último quadriénio foi de € 3 129 384,68, tendo no ano de 2025 sido de € 511 565,32.



PATRIMÓNIO

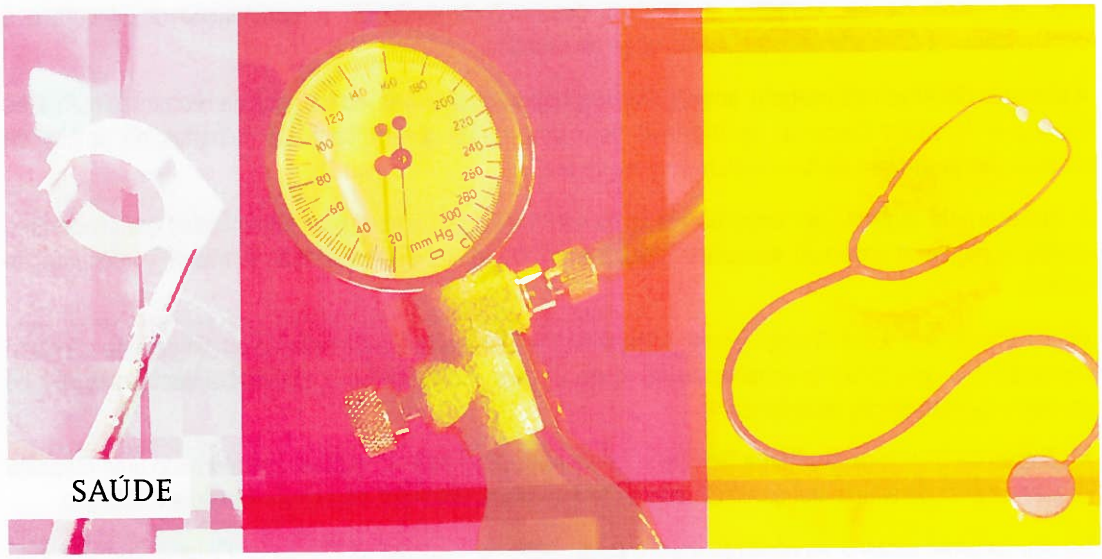
Em 2025, foi dada continuidade à construção dos Serviços Centrais da Misericórdia de Santo Tirso no edifício da "ex-Fecoli", havendo a expectativa de conclusão das obras no ano de 2026.

O compromisso da Instituição na qualidade dos serviços prestados bem como das suas instalações exigiu a continuidade da renovação e remodelação do património institucional, destacando-se a renovação dos quartos na Casa de Repouso de Real e Lar José Luiz d'Andrade.

No âmbito do Aviso n.º 07/C01-I02/2023 do PRR estão em curso as obras necessárias à instalação de uma Unidade de Dia e Promoção da Autonomia no Edifício da Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção, que entrará em funcionamento em 2026.

Em 2025, manteve-se o empenho da Instituição em concretizar o objetivo a que se propôs de instalar no edifício do "antigo Liceu" uma Unidade de Cuidados Paliativos, com previsão de início e decurso da obra em 2026.

Quanto à Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento, apesar da definição de um prazo certo de 1 ano, prevalece a expectativa de continuidade do arrendamento e da garantia da realização das obras necessárias naquele prédio.



SAÚDE

Durante o exercício de 2025, a Área da Saúde da ISCMST desenvolveu a sua atividade de forma regular e contínua, assegurando o funcionamento das diferentes respostas assistenciais sob a sua responsabilidade.

Clínica de Endoscopia

A Clínica de Endoscopia realizou um total de **1303 exames endoscópicos,** dos quais **686 endoscopias digestivas altas e 617 colonoscopias,** correspondendo a médias mensais de 57 e 51 exames, respetivamente.

A atividade desenvolveu-se maioritariamente no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, incluindo a realização de **71 colonoscopias no contexto do Programa de Rastreio do Cancro Colorretal,** em parceria com a ULS do Médio Ave, contribuindo para as estratégias de prevenção e diagnóstico precoce.

No âmbito das restantes valências associadas à Clínica de Endoscopia, registaram-se **1074 análises clínicas, 131 exames de ECG simples e 148 consultas de Podologia,** assegurando uma resposta complementar de diagnóstico e acompanhamento clínico.

Relativamente à **Anatomia Patológica,** associada à atividade endoscópica, foram realizados **755 exames,** maioritariamente no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, correspondendo a uma média mensal de 63 exames.

Clínica de Fisiatria

A Clínica de Fisiatria acompanhou cerca de **8000 utentes** ao longo do ano de 2025 nas especialidades de **Fisiatria, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Terapia da Fala e Psicologia.** A atividade revelou-se tendencialmente estável ao longo do exercício, apesar de variações mensais moderadas, com alguns meses de menor movimento.

Verificou-se uma elevada concentração da atividade numa única entidade, destacando-se a Unidade Local de Saúde do Médio Ave, E.P.E., que assumiu um peso claramente dominante no total de utentes

acompanhados. No seu conjunto, a atividade desenvolvida evidencia a manutenção da procura e a continuidade da atividade assistencial ao longo do exercício.

A atividade desenvolvida integrou, entre outras respostas assistenciais, os serviços de Hidroterapia, **Pilates Clínico** e Medicina Dentária, contribuindo para uma oferta diversificada de cuidados no âmbito da reabilitação, promoção da funcionalidade e saúde oral.

A **Hidroterapia** registou, ao longo do exercício, um total de **51 utentes** acompanhados, refletindo uma atividade regular e contínua, associada sobretudo a programas de reabilitação funcional e recuperação motora.

Relativamente ao Pilates Clínico, foram acompanhados 286 utentes, evidenciando um volume de atividade significativo e uma procura consistente ao longo do ano, confirmando a relevância desta resposta no contexto da intervenção terapêutica.

No âmbito da Clínica de **Medicina Dentária,** foram realizadas **663 consultas,** assegurando uma resposta regular na área da saúde oral e complementando a oferta assistencial disponibilizada pela Instituição.

No seu conjunto, estes 3 serviços reforçam a capacidade de resposta da Clínica de Fisiatria, assegurando a diversidade de intervenções e a continuidade da atividade assistencial ao longo do exercício.

Unidades de Cuidados Continuados Integrados – UMDR e ULDM

As Unidades de Cuidados Continuados Integrados registaram **taxas de ocupação** muito elevadas, refletindo uma utilização praticamente plena da capacidade instalada. A Unidade de Média Duração e Reabilitação (**UMDR**) apresentou taxas de ocupação mensais entre 98,73% e 100%, com uma taxa média anual aproximada de **99,5%.** A Unidade de Longa Duração e Manutenção (**ULDM**) registou taxas entre 99,43% e 100%, atingindo uma taxa média anual de cerca de **99,8%.**

Importa referir que, em ambas as unidades, se verifica a permanência de utentes cuja alta se encontra condicionada pela inexistência de respostas sociais adequadas, prolongando os períodos de internamento. Esta situação tem impacto na rotatividade das camas e na capacidade de admissão de novos utentes, em particular na UMDR, cuja tipologia pressupõe maior dinâmica assistencial.

Camas de Retaguarda Hospitalar

No âmbito do protocolo celebrado com a ULS do Médio Ave, a Instituição assegurou, ao longo de 2025, a resposta de camas de retaguarda hospitalar, com uma **capacidade média mensal de 16 camas,** resultante de uma lotação variável entre 15 e 20 camas.

Esta resposta funcionou de forma contínua durante os 12 meses do exercício, tendo sido registadas **20 admissões e 11 altas,** com maior dinâmica assistencial no último trimestre do ano. Estes indicadores evidenciam a importância desta resposta no apoio à gestão de altas hospitalares e na libertação de camas de internamento agudo do Serviço Nacional de Saúde.

SOCIAL E EDUCAÇÃO

No âmbito da sua intervenção nas áreas Social e da Educação, a ISCMST desenvolveu, ao longo do exercício de 2025, um conjunto diversificado de atividades orientadas para a promoção do bem-estar, da inclusão e da dignidade dos/as seus/suas utentes. Foram asseguradas respostas sociais adequadas às necessidades identificadas, nomeadamente através do acompanhamento individualizado, apoio psicossocial, dinamização de atividades socioculturais e recreativas, bem como iniciativas de estimulação cognitiva e física. Paralelamente, reforçou-se a articulação com famílias, parceiros locais e entidades públicas, garantindo uma resposta integrada e de proximidade, sempre alinhada com os princípios de solidariedade e humanismo que norteiam a missão da Instituição.

GERIATRIA E DEPENDÊNCIA (GD)

A área de Geriatria e Dependência integra as Estruturas Residenciais para Idosos (**Lar José Luíz d'Andrade** (JLA), **Lar Dra. Leonor Beleza** (LB), **Casa de Repouso de Real** (CRR)), o **Centro de Dia** (CD) e **Serviço de Apoio Domiciliário** (SAD-Santo Tirso e Vertente Sul). Ao longo do ano, estas repostas têm uma orientação centrada na promoção da qualidade de vida, dignidade e bem-estar dos/as seus/suas utentes. Foram garantidos cuidados personalizados de saúde, higiene, alimentação e acompanhamento psicossocial, complementados por atividades de animação sociocultural, estimulação cognitiva e promoção da autonomia. A atuação desenvolvida privilegiou sempre uma abordagem humanizada, centrada na pessoa, fomentando o envolvimento das famílias e o respeito pela individualidade de cada utente.

Das atividades de 2025, destacamos:

- **"O Meu Felicidário"** – iniciativa promovida no sentido de concretizar desejos e intenções (individuais ou de grupo), nomeadas pelos/as utentes. (JLA, LB, CRR, CD, SAD)
- **Programa Ativamente Saudável** – continuidade do projeto envelhecer ativamente BPI Senior'21 com rotinas diárias de atividade física adaptadas às características funcionais dos/as vários/as utentes, através do uso de equipamento específico de reabilitação e reforço físico, e do jardim geriátrico. (JLA)
- **Baú das letras** – iniciativa dinamizada por técnica da Biblioteca Municipal de Santo Tirso. (JLA)
- **Viver +** – projeto promovido pela Câmara Municipal de Santo Tirso, que incluiu a formação de colaboradores/as e intervenção com utentes nas ERPI por equipa técnica multidisciplinar com Assistente Social, Terapeuta Ocupacional e Psicóloga. (JLA, LB, CRR)
- Programa de **Literacia Digital** – dinamizado por voluntária da Câmara Municipal de Santo Tirso (CMST). (JLA, LB, CRR)
- Memórias que Atravessam o Tempo – iniciativa CMST. (CD)
- **Immersive Room** – dinamização das salas imersiva e interativa com iniciativas internas e externas (utentes de entidades parceiras). (CD)
- Ateliê **"Avós e Netos"** – atividades intergeracionais de proximidade com as crianças valência JI. (JLA, LB, CRR, CD)
- Disponibilizados serviços "extra" de **Fisioterapia e Podologia** nas ERPI.

Comparativo Valências GD							
Valência	**N.º Utentes** 31.12.2025	**N.º Utentes C/ Acordo** 31.12.2025	**Idade Média** 2025	**Sexo** 31.12.2025	**Mensalidade Média** 31.12.2025	**Tempo de Permanência Médio** 2025	**Movimento** 2025
JLA	72	72	82	48M/24H	561,54 €	5 Anos	Admissões: 7 Falecimentos: 10
LB	86	88	78	56M/30H	729,16 €	6 Anos	Admissões: 22 Transferência: 1 Desistência: 1 Falecimentos: 24
CRR	73	0	87	52M/21H	1067,58 €	6 Anos	Admissões: 15 Ac. Temporários: 3 Transferência: 1 Desistência: 1 Falecimentos: 9
CD	12	12	70	10M/2H	341,94 €	2 Anos	Admissões: 9 Transferências: 2 Desistências: 4 Falecimentos: 2
SAD	82 (52ST+30VS)	82 (52ST+30VS)	81	ST: 28M/24H VS: 19M/11H	287,07 €	5 Anos	Admissões: 55 Transferências: 7 Desistências: 24 Falecimentos: 17

No contexto GD os graus de dependência constituem um elemento fundamental para a avaliação das necessidades individuais dos/as utentes e para a adequação das respostas prestadas. A identificação do nível de autonomia funcional permite planear cuidados personalizados, ajustar recursos humanos e técnicos e assegurar intervenções alinhadas com as condições físicas, cognitivas e sociais de cada pessoa. Esta avaliação contínua contribui para a promoção da qualidade de vida, segurança e dignidade dos/as utentes, garantindo simultaneamente uma gestão mais eficiente e humanizada dos serviços prestados.

Utentes GD Autonomia Funcional 31.12.2025					
Valência	**Autónomos**	**Parcialmente Dependentes**	**Dependentes**	**Grandes Dependentes**	**Total**
JLA	10	28	17	17	72
LB	0	11	49	26	86
CRR	17	29	14	13	73
CD	3	8	1	0	12
SAD	48 (35ST+13VS)	7 (3ST+14VS)	6 (2ST+4VS)	21 (12ST+9VS)	82 (52ST+30VS)
Total	78 (24%)	83 (25,6%)	87 (26,7%)	77 (23,7%)	325

INFÂNCIA E COMUNIDADE

No decurso do exercício, a ISCMST desenvolveu ainda a sua intervenção social através das valências de **Centro Comunitário de Geão** (CCG), **Cantina Social** (CS), **Casa Abrigo D. Maria Magalhães** (CA), **Centro de Emergência IRIS** (CE) e **Jardim de Infância Comendador Abílio Ferreira de Oliveira** (JI-Creche e Pré-escolar), reforçando o seu compromisso com a proteção, inclusão e promoção do bem-estar da comunidade. O CCG assumiu-se como espaço privilegiado de proximidade, dinamizando atividades de apoio social e integração dirigidas a diferentes públicos. A CA manteve uma resposta especializada na área da violência Doméstica, assegurando acolhimento, proteção e acompanhamento técnico a pessoas em situação de vulnerabilidade, e promovendo a sua autonomia e reinserção social. Por sua vez, o JI garantiu uma resposta educativa de qualidade na primeira infância, centrada no desenvolvimento integral da criança, em estreita articulação com as famílias e a comunidade educativa.

Atividades a destacar:

- **Centro Comunitário de Geão**
  - **Programa Pessoas 2030_Privação Material** – ações de acompanhamento a famílias abrangidas pela medida de apoio alimentar indireto (Cartão Social Eletrónico).
  - **NOVA-SINA, Mulheres Ciganas Agentes de Mudança** – projeto de inovação comunitária com desenvolvimento de ações Ambientais, de Capacitação, Autonomização, Empoderamento e Marketing (financiado pela Fundação Aga Khan e Fundação La Caixa até julho/2025, manteve-se em funcionamento através da parceria existente com o Projeto Capacita In da CMST).
  - **Immersive Room** – dinamização das salas imersiva e interativa dirigidas aos adultos maiores da ISCMST e a todas as Entidades do Concelho com respostas dirigidas à mesma população.
  - **Projeto RAP-Criar** – parceria com a Associação Projeto Criar (cedência de 2 gabinetes) para atendimento e acompanhamento psicológico de crianças e jovens vítimas de violência doméstica identificados/as pela Casa Abrigo, pelo serviço social do CCG e pelas várias Entidades do Concelho com intervenção na área social.
  - Dinamização de **reuniões técnicas** de trabalho com equipas de entidades parceiras (Juntos!Moçambique, Juntos!Porto, Projeto Viver+, SAAS/Casa Meio Caminho/CRI)

- Colaboração com entidades parceiras na cedência de instalações para ações de (in)formação (Programa Alimentar, Direitos e Deveres do Consumidor, Médicos Internos de Medicina Geral e Familiar da ULS Médio Ave - Santo Tirso/Trofa).

- **Cantina Social**
  - Continuidade do protocolo de colaboração no Âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o **Programa de Emergência Alimentar.**

- **Casa Abrigo D. Maria Magalhães**
  - Verba de Apoio à Autonomização para as Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (15 agregados), por Despacho n.º1920/2022 de 14 de fevereiro de 2022.
  - Fundo Anual de Apoio a Crianças e Jovens acolhidos pela Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (14 menores), por Despacho n.º3435/2025, de 18 de março 2025.
  - IKEA Novos Recomeços – apoio ao arrendamento das VVD em fase de autonomização (3 agregados), no âmbito da parceria IKEA/CIG.
  - 25N – Santo Tirso contra a Violência de Género – Campanha de sensibilização no âmbito do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres (7 iniciativas; 8 parceiros).

- **Centro de Emergência IRIS**
  - Resposta de acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica e violência de género, financiada pelo programa PESSOAS 2030, no âmbito do Fundo Social Europeu Mais (FSE+).

- **Jardim de Infância Comendador Abílio Ferreira de Oliveira**
  - **"Brincar e Aprender"** – projeto pedagógico 2025/2026.
  - **"Educabiz"** – plataforma digital de registo de informação pedagógica e comunicação.
  - **"Creche Feliz"** – programa do governo que garante a gratuitidade da frequência de creche para crianças nascidas a partir de 01/09/2021.
  - Ateliê **"Avós e Netos"** – atividades intergeracionais de proximidade com utentes das valências residenciais da instituição.
  - **Atividades extracurriculares** – Ginástica, Dança, Defesa Pessoal, Música e Inglês.

Comparativo Valências IC						
Valência	**N.º Utentes** 31.12.2025	**Mensalidade Média** 31.12.2025	**Serviços** 31-12-2025	**Idade Média** 2025	**Tempo de Permanência Médio** 2025	**Movimento** 2025
CCG	253	N.A.	RSI: 132 utentes (40 famílias) Ação Social: 76 utentes (35 famílias) CPCJ: 10 crianças Priv.Mat: 30 utentes (14 famílias) RAP: 23 menores / 5 mulheres	Adultos: 54 Menores: 9	N.A.	RSI: 46 processos (6 novos / 5 arquivados) Ação Social: 36 processos (6 novos / 1 arquivado) CPCJ: 22 processos (9 novos / 11 arquivados) Priv.Mat: 17 famílias RAP: 28 processos
CS	24	N.A.	Refeições diárias: 48 (57 protocoladas)	54	2,5 Anos	Beneficiários: 43 Admissões: 19 Cessações: 15
CA	25	N.A.	Em acolhimento: 25 utentes (10 agregados)	Mulheres: 34 Menores: 7	6 Meses	Acolhimentos: 61 utentes (25 agregados) Reintegrações: 17 utentes (7 agregados) Transferências: 1 (1 agregado) Cessações Precoces: 18 (7 agregados)
CE	2	N.A.	Em acolhimento: 2 utentes (2 agregados)	Mulheres: 35 Menores: 6	20 dias	Acolhimentos: 89 utentes (43 agregados) Integração em CA da RNAVVD: 54 utentes (22 agregados)
JI	122 (56+59)	206,02 €	Creche: 34 meninas / 29 meninos Pré-escolar: 37 meninas / 22 meninos	-	-	-

QUALIDADE

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), a ISCMST manteve o seu compromisso com a melhoria contínua dos serviços prestados, promovendo práticas organizacionais orientadas para a eficiência, transparência e satisfação dos/as utentes/clientes e demais partes interessadas/stakeholders. Ao longo do exercício, foram monitorizados processos, avaliados indicadores de desempenho e implementadas ações corretivas e preventivas, reforçando a cultura interna de qualidade e responsabilidade. O SGQ constituiu, assim, um instrumento fundamental de apoio à gestão, assegurando a conformidade com os referenciais aplicáveis e contribuindo para a consolidação de padrões elevados na prestação das respostas sociais.

Realizou-se nos dias 8 e 9 de abril de 2025 a auditoria externa de 1.º acompanhamento, conduzida pela APCER.

Da referida auditoria resultou a identificação de uma (1) **Área Sensível,** relacionada com o Plano de Prevenção e Controlo da *Legionella*, e nove (9) Oportunidades de Melhoria, incidindo maioritariamente sobre aspetos a aperfeiçoar no âmbito do sistema HACCP.

A Equipa Auditora destacou como **pontos fortes** da organização e do Sistema de Gestão:

- Histórico de atuação sólida e estável ao longo dos anos;
- Boa reputação institucional e presença histórica confiável na região;
- Cultura organizacional assente em valores de solidariedade, compaixão e serviço;
- Profissionais qualificados nas áreas da saúde, educação e assistência social;
- Forte identificação dos/as colaboradores/as com a missão institucional;
- Instalações adaptadas e seguras para diferentes públicos (crianças e idosos);
- Promoção de um ambiente acolhedor, pautado por respeito e dignidade;
- Apoio consistente a pessoas em situação de vulnerabilidade;
- Elevada taxa de satisfação de colaboradores/as, clientes e parceiros;

- Simpatia, abertura e disponibilidade demonstradas pelosa/as entrevistados/as, em particular pelos/as colaboradores/as que acompanharam a auditoria.

A Equipa Auditora considerou ainda que a organização dispõe dos recursos adequados para assegurar, de forma consistente, a prestação dos serviços no âmbito da certificação, bem como o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Foi reconhecida a forte orientação para o cliente, a competência dos colaboradores/as, a adequação das instalações e equipamentos e a capacidade para o desenvolvimento das atividades certificadas. Constatou-se igualmente que a organização efetuou uma análise adequada das partes interessadas relevantes e dos principais riscos associados aos serviços prestados, promovendo ações destinadas à sua mitigação. De forma geral, verificou-se o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis.

Após a auditoria externa, realizou-se uma reunião com gestores e cogestores para análise das constatações identificadas, com vista à definição conjunta de ações e melhorias a integrar no SGQ.

Posteriormente, nos dias 11 e 12 de dezembro de 2025, a Equipa Auditora Interna realizou a Auditoria Interna ao SGQ, por amostragem, num contexto de alterações orgânicas significativas. Foi constatado que, na sua globalidade, os processos se encontravam preservados, ainda que com perspetivas de alterações estruturais relevantes.

Neste âmbito, foi identificada uma **(1) Área Sensível,** tendo sido referido que as alterações na estrutura organizacional ainda não se encontravam devidamente refletidas nos documentos estratégicos do sistema, designadamente no **Plano Estratégico** e no **Manual da Qualidade.** Foi, assim, recomendada a revisão do Plano Estratégico pela Gestão de Topo, garantindo o seu alinhamento com os atuais objetivos estratégicos e horizonte temporal definido. Do mesmo modo, foi sugerida a atualização do Manual da Qualidade, integrando as alterações orgânicas relevantes, bem como a reavaliação da política de substituições e da estrutura documental, sempre que aplicável, assegurando a contínua adequação e eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade.

Foram ainda identificadas duas **(2) Áreas Sensíveis** adicionais no âmbito do **HACCP** (CA e CRR) e catorze **(14) Oportunidades de Melhoria,** que deverão ser objeto de análise e enquadramento à luz das orientações da Gestão de Topo, com vista à definição das respetivas ações de melhoria.

RECURSOS HUMANOS

Os Recursos Humanos assumem um papel central na prossecução da missão institucional, constituindo um dos pilares fundamentais da qualidade e sustentabilidade dos serviços prestados. Ao longo do exercício, a ISCMST manteve o compromisso com a **valorização, capacitação, saúde e bem-estar** dos/as colaboradores/as, promovendo práticas de gestão assentes na **responsabilidade, equidade e desenvolvimento profissional.** Foi assegurada uma gestão administrativa e operacional eficaz, bem como o cumprimento das obrigações legais aplicáveis, reforçando uma cultura organizacional orientada para a cooperação, competência e dedicação ao serviço da comunidade.

No último quadrimestre de 2025, a Instituição foi marcada por um processo de **reestruturação** organizacional que implicou a otimização de recursos, a clarificação e reorganização de funções e o reforço da eficiência interna. Este período traduziu-se em ajustamentos na estrutura hierárquica e na distribuição de responsabilidades, com o objetivo de alinhar a organização com novos desafios estratégicos e operacionais. Apesar das mudanças implementadas, foi garantida a continuidade dos serviços e incentivado o envolvimento dos/as colaboradores/as no processo de transição, mantendo-se o foco na valorização profissional, no cumprimento das obrigações legais e na promoção de um ambiente de trabalho coeso e orientado para a missão social.

A Instituição manteve a aposta na capacitação e desenvolvimento contínuo, promovendo ações de formação direcionadas para o fortalecimento de competências técnicas e comportamentais/*soft skills*. Foi igualmente dedicada especial atenção à promoção da saúde e do bem-estar no local de trabalho, através de práticas preventivas e de acompanhamento, no sentido de contribuir para um ambiente organizacional seguro e equilibrado. A ISCMST mantém a distinção "Healthy Workplaces Award", a atribuição de benefícios e regalias aos colaboradores/as através do programa "M+", e a homenagem simbólica ao contributo dos recursos humanos que sustentam a missão institucional no "Dia do Colaborador".

Os processos de recrutamento e seleção decorreram com critérios de transparência e adequação ao perfil funcional, assegurando a integração de profissionais alinhados com os valores institucionais.

No domínio da Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), consolidaram-se práticas assentes no respeito, na igualdade de oportunidades e na valorização das diferenças, destacando-se:

- Assinatura da **Carta Portuguesa para a Diversidade** – coordenada e gerida pela Associação

Portuguesa para a Diversidade e Inclusão (APPDI), A Carta tem como princípio a Diversidade, entendida como o reconhecimento, o respeito e a valorização da(s) diferença(s) entre as pessoas, incluindo particularmente as diferenças relativas ao sexo, identidade de género, orientação sexual, etnia, religião, credo, território de origem, cultura, língua, nacionalidade, naturalidade, ascendência, idade, orientação política, ideológica ou social, estado civil, situação familiar, situação económica, estado de saúde, deficiência, estilo pessoal e formação.

- Atribuição da **Marca Entidade Empregadora Inclusiva** (5ª Edição) – integrada no Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade (IEFP), distingue e reconhece as entidades empregadoras que se destacam por práticas de gestão abertas e inclusivas (domínios: recrutamento, desenvolvimento e progressão profissional, manutenção e retoma do emprego, acessibilidades, serviço e relação com a comunidade).

Caracterização dos/as Colaboradores/as
31.12.2025

Valência/Serviço	Total (M/H)	Idade* Média (min-max)	Antiguidade* Média (min-max)	Escolaridade (Moda)
CA/CE	7 (7/0)	54 (41-65)	18 (0-41)	Ens. Superior (3)
CCG/CD	7 (7/0)	50 (32-62)	22 (4-40)	Ens. Superior (3) 3º CEB (3)
CEEM	16 (14/2)	48 (35-61)	20 (4-37)	Ens. Superior (10)
Clínicas	43 (36/7)	39 (25-60)	9 (0-38)	Ens. Superior (27)
CRR	58 (54/4)	43 (24-65)	10 (0-38)	Ens. Secundário (25)
JI	23 (23/0)	53 (35-65)	24 (1-47)	Ens. Superior (7)
JLA	43 (40/3)	45 (18-68)	12 (0-40)	Ens. Secundário (17)
LB	60 (57/3)	50 (23-66)	15 (0-40)	Ens. Secundário (23)
SAD	19 (19/0)	40 (19-62)	9 (0-27)	Ens. Secundário (8)
Serv. Alimentação	26 (25/1)	44 (19-61)	8 (0-23)	Ens. Secundário (8) 3º CEB (8)
Serv. Apoio	29 (20/9)	52 (34-64)	20 (0-40)	3º CEB (11)
UCCM	38 (35/3)	40 (24-66)	8 (0-39)	Ens. Superior (24)
UCCL	30 (29/1)	36 (22-63)	5 (0-24)	Ens. Superior (18)
Total	**399 (366/33)**	**45 (18-68)**	**12 (0-47)**	**Ens. Secundário (122)**

* Em anos.

Avaliação da Satisfação dos/as Colaboradores/as 2025

A satisfação dos/as colaboradores/as mantém-se um elemento central do nosso Sistema de Gestão da Qualidade.

Tal como no ano de 2024, o questionário de avaliação criado para o efeito foi disponibilizado através de um link para que os/as colaboradores/as pudessem aceder online, de forma individual, salvaguardando a privacidade dos/as participantes e duas respostas.

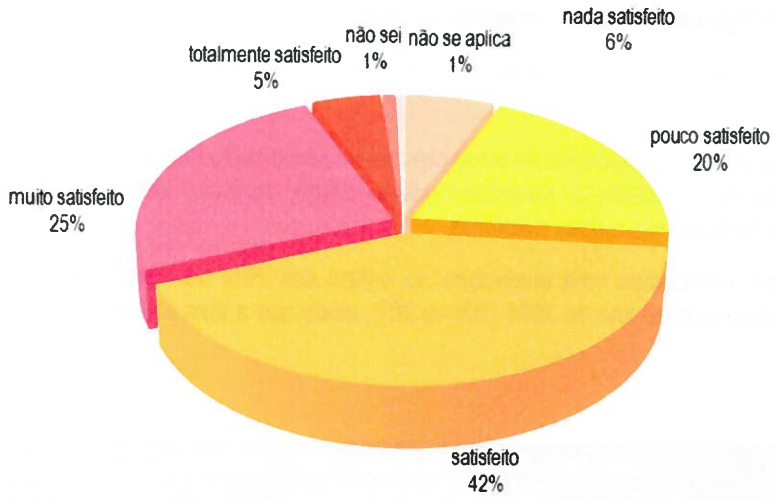
No ano em análise, verificamos uma diminuição na ordem dos 26% no número de colaboradores/as respondentes relativamente ao ano de 2024 (208 vs 281), ainda que a taxa de resposta tenha atingido os 52%.

Avaliação da Satisfação dos/as Colaboradores/as 2024 (n=281) vs 2025 (n=208)			
Parâmetro	**2024**	**2025**	
Cooperação e Comunicação	81%	75%	↓
Mudança e Inovação	76%	66%	↓
Reconhecimento e Recompensa	64%	57%	↓
Relação com Chefias	87%	79%	↓
Política e Estratégia	79%	72%	↓
Posto de Trabalho	85%	77%	↓
Qualidade	80%	75%	↓
Avaliação Global	81%	72%	↓

Os resultados obtidos evidenciam uma diminuição generalizada dos níveis de perceção positiva em todos os parâmetros avaliados entre 2024 e 2025. A avaliação global registou uma descida de 81% para 72%, refletindo um impacto transversal nas diferentes dimensões do contexto organizacional. As reduções mais expressivas verificaram-se nos domínios do Contexto Organizacional e da Mudança e Inovação (-10 pontos percentuais), bem como nas Relações com Chefias e no Posto de Trabalho (-8 pontos percentuais), sugerindo efeitos associados ao período de reestruturação institucional vivido em 2025. **Apesar da tendência descendente, os indicadores mantêm valores globalmente positivos,** destacando-se ainda níveis elevados nas Relações com Chefias e na Qualidade.

Explorando os dados obtidos no parâmetro de Avaliação Global, observamos ainda:

- Aumento de 6% no número de colaboradores/as insatisfeitos/as;
- Diminuição de 9% na percentagem total de colaboradores/as satisfeitos/as.



Satisfação global dos/as colaboradores/as respondentes

De todo o modo, na globalidade, os resultados demonstram um nível de satisfação predominante, embora apontem para a importância de reforçar medidas que promovam o envolvimento, reconhecimento e melhoria contínua do contexto organizacional.

Formação

A aposta na Formação e Desenvolvimento constitui uma dimensão estratégica para o fortalecimento das competências profissionais e para a evolução contínua dos/as colaboradores/as. A Misericórdia de Santo Tirso tem vindo a investir de forma consistente nesta área, reconhecendo a qualificação dos recursos humanos como um fator determinante para a sustentabilidade organizacional e para a excelência dos serviços prestados.

O desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais assume um papel essencial na melhoria do desempenho, na adaptação às exigências institucionais e na promoção de um ambiente de trabalho mais colaborativo e participativo. A aprendizagem contínua contribui igualmente para o reforço da motivação, da inovação e da identidade organizacional, favorecendo uma atuação mais alinhada com a missão e os valores da Instituição.

Apesar das oportunidades formativas disponibilizadas, continua a verificar-se como principal constrangimento a adesão dos/as colaboradores/as às iniciativas propostas, representando um desafio para a consolidação de uma cultura de aprendizagem contínua.

Durante o período em análise, foram desenvolvidas ações formativas internas em contexto de trabalho, centradas na partilha de conhecimentos e no aperfeiçoamento prático de competências profissionais. Foram igualmente promovidas iniciativas relacionadas com áreas ou competências relevantes face ao diagnóstico institucional, das quais se destacam: Acolhimento, Integração institucional, Riscos Profissionais, e Organização de Emergência.

Tal como em anos anteriores, vários/as colaboradores/as participaram em formações externas, incluindo congressos, workshops e ações certificadas de curta e média duração, permitindo a atualização técnica e

a introdução de novas abordagens e boas práticas no contexto institucional. Destas destacamos as que reuniram mais participantes: Competências Digitais, Cuidados na Demência, RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências).

Ações Formação 2025			
Tipo	**N.º de Ações**	**N.º de Participações**	**Volume de Formação***
Internas	120	730	5 528:30 Horas
Externas	68	121	2 495:00 Horas
Total	188	851	8 021:30 Horas

* Volume de uma ação = n.º formandos x n.º horas da ação

Estágios e Voluntariado

As parcerias estabelecidas com organizações, instituições de ensino e empresas constituem um importante instrumento de cooperação e partilha de recursos, reforçando a capacidade de intervenção da Instituição e promovendo inovação e inclusão social. Neste âmbito, e dando continuidade a práticas anteriores, em 2025 a Misericórdia de Santo Tirso colaborou em estudos e projetos de investigação, contribuindo para o desenvolvimento científico e para a produção de conhecimento.

A ligação à comunidade concretizou-se igualmente através da integração de estágios académicos e do acolhimento de iniciativas de voluntariado, experiências que promovem benefícios mútuos e favorecem o desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes. No período em análise, foram integrados **33 estagiários,** proporcionando contacto com o contexto real de trabalho e o desenvolvimento de competências técnicas e relacionais.

O voluntariado manteve-se como uma dimensão relevante da intervenção institucional, tendo sido acolhidos 7 voluntários individuais e 6 grupos de voluntariado. A iniciativa "Voluntariado na Primeira Pessoa", promovida no âmbito do Dia Internacional do Voluntário, continuou a dar visibilidade a testemunhos de pessoas que contribuem, de forma solidária e contínua, para a missão da Instituição. Destacamos, neste exercício, duas parcerias estabelecidas neste âmbito:

- Intelcia (Programa We Care) – disponibiliza tempo dos/as seus/suas colaboradores/as, em horário laboral, para ações de voluntariado nas ERPI da ISCMST.
- Santeiras do Coronado – dinamização de Ateliê de Restauro Artístico dirigido a utentes das valências GD.

PROTEÇÃO DE DADOS

O trabalho desenvolvido durante o ano de 2025 assentou, uma vez mais, na continuidade das práticas instituídas ao nível do tratamento de dados salvaguardando e tendo como premissa o cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação ao nível da proteção de dados.

Neste sentido, continuamos a assegurar o cumprimento das orientações internas, nomeadamente para novos/as colaboradores/as, Irmãos/ãs, Vountários/as e Terceiros com os quais são desenvolvidas diversas parcerias.

Para os/as novos/as colaboradores/as mantivemos a realização de sessões de sensibilização e formação integradas no âmbito das sessões de acolhimento, de forma a assegurar o esclarecimento sobre os direitos e deveres que detêm enquanto titulares de dados e enquanto colaboradores/as da Instituição.

1. Novos/as colaboradores/as:

Valências	Nº de Colaboradores/as
Saúde	10
Casa de Repouso de Real	13
Lar Dra. Leonor Beleza	13
Lar José Luiz D'Andrade	18
Serviço de Apoio Domiciliário	4
Outros Serviços	2
Casa Abrigo D.ª Maria Magalhães	1
Total:	**78**

2. Estruturas Residenciais para Idosos/Infância e Comunidade/Irmãos:

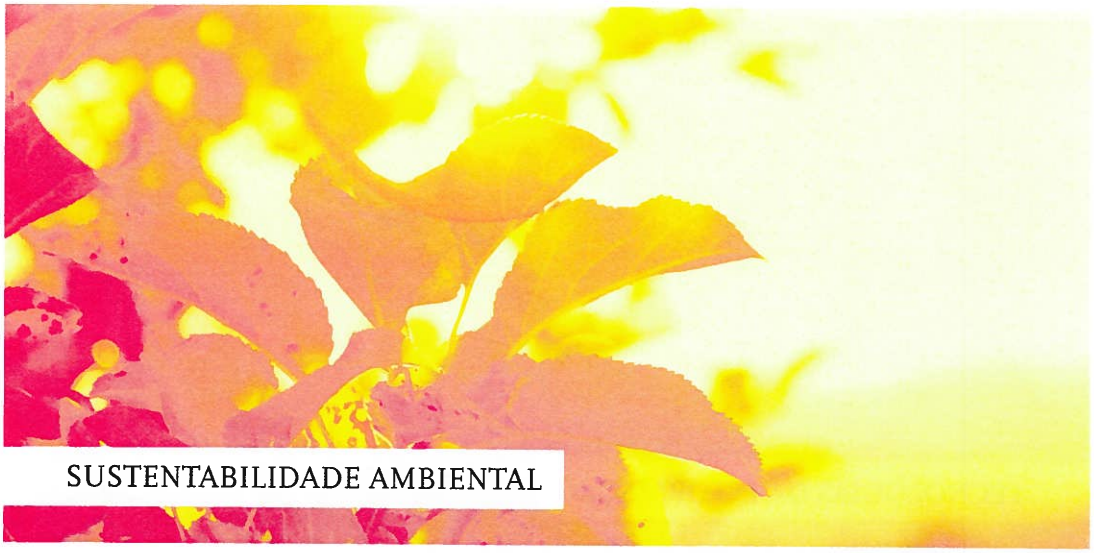
Candidaturas	Nº Titular de Dados
Estruturas Residências para Idosos	190
Infância e Comunidade	120
Admissão de Irmãos/ãs	24

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

Em 2025 concluímos a requalificação integral do *DataCenter,* uma intervenção enquadrada no reforço da capacidade de processamento e armazenamento da informação, assegurando níveis acrescidos de disponibilidade, resiliência e segurança dos sistemas críticos da Instituição.

No âmbito do alinhamento tecnológico com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), mantivemos o trabalho de convergência e interoperabilidade, destacando-se a recuperação do protocolo celebrado com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS). Este protocolo visa a integração dos principais sistemas de informação utilizados nos hospitais públicos do SNS, nomeadamente *SONHO, SClínico* e *PEM*, promovendo maior eficiência operacional, uniformização de práticas e melhoria da continuidade de cuidados.

Prosseguimos ainda com o plano de renovação de equipamentos, componente essencial da estratégia de transformação digital da ISCMST. Paralelamente, aprofundámos a análise e auscultação de soluções de *software* orientadas à modernização dos processos internos, à melhoria dos fluxos de trabalho e à evolução da prestação de serviços ao utente, com foco na eficiência, qualidade e sustentabilidade.



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A sustentabilidade ambiental continua a afirmar-se como uma prioridade na atuação da Misericórdia de Santo Tirso, refletindo o compromisso institucional com a utilização responsável dos recursos e a redução do impacto ambiental das suas atividades. Ao longo de 2025, a Instituição deu continuidade à implementação de soluções mais eficientes e sustentáveis, reforçando práticas de gestão ambiental e adotando medidas orientadas para a preservação do meio ambiente.

No âmbito da candidatura aprovada ao Plano de Recuperação e Resiliência "Investimento TC-C13-i03 – Eficiência Energética em Edifícios de Serviços", em dezembro de 2025, foi concluída a instalação de um **sistema VRV** (Volume de Refrigerante Variável) na Casa de Repouso de Real, em dezembro de 2025, substituindo os anteriores sistemas de aquecimento, baseados em caldeiras a GPL e radiadores elétricos. Esta intervenção permitiu melhorar significativamente as condições de conforto e segurança de utentes e colaboradores em todos os espaços da valência, ao mesmo tempo calcula-se uma **redução estimada de 41,7% no consumo energético anual,** contribuindo para a diminuição de custos operacionais e das emissões de carbono.

Paralelamente, a Instituição manteve ações de sensibilização dirigidas a utentes e colaboradores/as, incentivando práticas de consumo energético mais conscientes e sustentáveis. Foram igualmente desenvolvidas iniciativas de manutenção e preservação das áreas florestais sob sua responsabilidade, com o objetivo de prevenir incêndios, proteger a biodiversidade e reduzir impactos ambientais.

Prosseguiu-se ainda com a renovação gradual de equipamentos, privilegiando soluções tecnologicamente mais eficientes e ambientalmente responsáveis, incluindo a substituição progressiva de iluminação convencional por sistemas de baixo consumo, a instalação de sensores de presença e temporizadores, bem como a otimização da gestão energética através da implementação de relógios programadores. No domínio da eficiência hídrica, manteve-se a aplicação de redutores de caudal em torneiras, chuveiros e autoclismos.

A promoção de comportamentos sustentáveis estendeu-se também à utilização racional de papel e materiais descartáveis, bem como à gestão adequada de resíduos. A Instituição mantém o registo no ***SILiAmb*** (Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente), assegurando o controlo e encaminhamento correto de resíduos hospitalares, óleos alimentares, embalagens, vidro, papel, cartão, plástico e componentes perigosas provenientes de equipamentos. Continua a ser assegurada a separação seletiva de resíduos e a correta gestão de resíduos biológicos.

Foram realizados estudos de eficiência energética que permitiram identificar prioridades de investimento e definir estratégias de melhoria a implementar a curto prazo.

Através destas iniciativas, a ISCMST procura consolidar uma atuação responsável no domínio ambiental, promovendo práticas sustentáveis que gerem benefícios ambientais, económicos e sociais, contribuindo para um desenvolvimento equilibrado e duradouro.

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Num contexto social cada vez mais exigente e dinâmico, a comunicação assume um papel estratégico na promoção da visão, valores e serviços prestados pela instituição. O trabalho desenvolvido pelo Departamento de Comunicação e Imagem visa projetar uma imagem contemporânea desta Misericórdia, com enfoque na sua **identidade visual, impressa e digital,** reforçando laços de proximidade com diferentes públicos e recorrendo a diversos canais de comunicação.

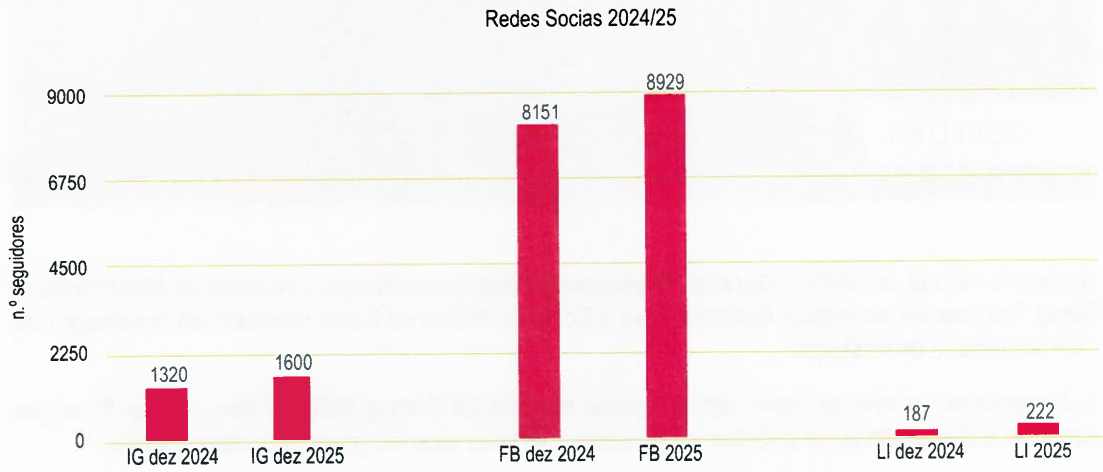
A ISCMST assegura o desenvolvimento da política de comunicação externa e interna, acompanhando a inovação digital e interativa, não esquecendo também os meios de comunicação mais tradicionais, criando difusão da informação de forma transparente, rigorosa e acessível a todos/as. Pretende refletir não apenas números, mas evidenciar o contributo do Departamento de Comunicação para o fortalecimento da presença e relevância social da Misericórdia de Santo Tirso.

O ano 2025 foi marcado pela continuidade na estratégia de informação/diálogo, consolidada pela presença nas redes socais, entre outros suportes de comunicação visual. O Plano de Marketing em vigor prossegue os objetivos de aumentar a notoriedade da marca, elevar a visibilidade das ações desenvolvidas, atrair mais doadores, parceiros e voluntários, fortalecendo a continuidade da missão institucional, associada à qualidade dos serviços, credibilidade e confiança.

Síntese das ações desenvolvidas:

- Criação/Renovação de projetos comunicação corporativos
  - Criação de Vídeo para Campanha de Consignação IRS;
  - Design de Booklet promocional do Projeto Nova-Sina;
  - Design e gestão de conteúdos do Plano de Atividades e Relatório e Contas;
  - Criação de páginas Facebook e Instagram Nova-Sina para promoção do projeto.
- Comunicação através das Redes Sociais e Plataformas Online
  - ***Facebook*** (243 publicações e alcance de 209.000 utilizadores da página);
  - ***Instagram*** (218 publicações e mais de 17.000 visitas à página);

- Atualização estrutural/conteúdos na Intranet, bem como presença no ***LinkedIn;***
- Atualização estrutural e de conteúdos no Site institucional (**www.iscmst.pt**);
- **Newsletter** – canal de comunicação privilegiado com os Irmãos da instituição, continuando a registar-se um aumento de Irmãos incluídos *na mailing list;*
- Transmissão Missa de Aniversário via *Facebook*, permitindo maior participação à distância de utentes/comunidade em geral.



- Comunicação Impressa/Visual/Digital:
  - Edições #49 e #50 da **Revista da Misericórdia,** subordinadas aos temas "Lado B" e "Metamorfose" (distribuição de cerca de 1600 revistas)
  - Apoio na conceção de diferentes suportes de comunicação/divulgação: Guarda-chuvas "Rostos de Solidariedade" (500) para oferta do "Dia do Colaborador"; Cartazes/Programas/Convites para iniciativas internas/externas (11); Sinalética de orientação em diferentes espaços;
  - Assessoria de comunicação em diferentes media, destacando-se 50 notícias publicadas na imprensa; 1 reportagem TVI; 1 reportagem RTP; 1 participação RTP ao vivo "Praça da Alegria".
- Organização de Eventos/Momentos de aproximação com diferentes instituições e públicos:
  - Comemoração do **140º Aniversário da ISCMST;**
  - **Encontro das Misericórdias** em Fátima (60 participantes);
  - **Jantar de Natal** de Colaboradores/as (200 participantes);
  - **2 Colheitas de Sangue** (93 inscritos), em colaboração com IPS;
  - 1 **Rastreio Auditivo** (julho), em colaboração com Minisom;
  - **Campanha 25N;**
  - **Voluntariado na Primeira Pessoa,** homenagem a Voluntários/as da ISCMST.

CULTURA

No âmbito cultural, em 2025, o **Coral da Misericórdia** continuou a divulgar o do nome da Misericórdia de Santo Tirso por via da música, destacando-se o Concerto Ibérico de Coros realizado em homenagem ao 140º aniversário da Instituição.

A Misericórdia manteve-se como parceira social do **Festival Cidnay Vale do Ave,** na sua 5ª edição, apoiando a divulgação desta iniciativa artística com crescente reconhecimento até internacional.

Neste ano foi, também, celebrado um protocolo de parceria entre a Misericórdia de Santo Tirso e a **Fábrica da Igreja Paroquial** da Freguesia de Santa Maria Madalena de Santo Tirso, atenta a ligação histórica das duas entidades. Tal protocolo tem em vista o estabelecimento dos termos de apoio à programação cultural de atividades constantes de candidatura da Fábrica da Igreja ao programa Regional NORTE 2030.

Por fim, pelos já conhecidos constrangimentos legais relativos à sua licença, a utilização do **Auditório "Centro Eng.º Eurico de Melo"** foi diminuta, destacando-se, no entanto, a atividade desenvolvida por ocasião da celebração do Dia Internacional das Mulheres, com a exibição do filme "Ainda Temos o Amanhã", de Paola Cortellesi, uma exposição de manequins igualitários criados pelas valências da Misericórdia e com uma exposição fotográfica de Osvaldo Grilo.

5. Demonstrações Financeiras

BALANÇO

31 de dezembro de 2025

Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS 31 Dec 2025	DATAS 31 Dec 2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	34.870.112,70	34.362.024,39
Ativos intangíveis	5		
Investimentos financeiros	9	54.503,95	53.983,21
		34.924.616,65	34.416.007,60
Ativo corrente			
Inventários	6	57.330,60	44.502,59
Créditos a receber	9	731.027,40	758.711,03
Estado e outros entes públicos	13	98.347,49	72.784,87
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9	12.535,00	9.575,00
Diferimentos	13	23.290,51	36.560,01
Outros ativos correntes	9	459.863,48	505.791,20
Caixa e depósitos bancários	13	1.671.035,96	1.225.625,76
		3.053.430,44	2.653.550,46
Total do ativo		37.978.047,09	37.069.558,06
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	9	3.117.461,88	3.117.461,88
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	9	1.430.322,84	1.413.282,66
Excedentes de revalorização	9	18.616.538,70	18.922.066,71
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	8, 9	4.437.194,60	4.409.244,76
		27.601.518,02	27.862.056,01
Resultado líquido do período		1.339.752,39	(288.487,83)
Total dos fundos patrimoniais		28.941.270,41	27.573.568,18
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	7	5.078.832,62	5.770.820,20
Financiamentos obtidos	9	1.054.469,82	1.159.916,58
		6.133.302,44	6.930.736,78
Passivo corrente			
Fornecedores	9	390.915,44	396.011,39
Estado e outros entes públicos	13	377.174,25	380.235,55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9		
Financiamentos obtidos	9	105.446,76	114.446,76
Diferimentos	13	123.301,07	72.195,86
Outros passivos correntes	9	1.906.636,72	1.602.363,54
		2.903.474,24	2.565.253,10
Total do passivo		9.036.776,68	9.495.989,88
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		37.978.047,09	37.069.558,06

A Contabilista Certificada (nº 97226)

A Mesa Administrativa

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2025

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2025	PERÍODOS 2024
Vendas e serviços prestados	13	10.546.165,86	9.577.847,65
Subsídios, doações e legados à exploração	8	400.866,09	354.245,96
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(1.010.765,92)	(1.027.868,95)
Fornecimentos e serviços externos	13	(1.496.201,32)	(1.545.658,45)
Gastos com o pessoal	10	(8.143.864,71)	(7.702.172,78)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(14.042,93)	
Provisões (aumentos/reduções)	7	691.987,58	(282.489,82)
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor		520,74	
Outros rendimentos	13	1.254.901,21	1.338.151,45
Outros gastos	13	(42.080,49)	(175.264,96)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.187.486,11	536.790,10
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4 , 5	(818.703,26)	(782.780,89)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.368.782,85	(245.990,79)
Juros e rendimentos similares obtidos		358,44	358,48
Juros e gastos similares suportados	13	(29.388,90)	(42.855,52)
Resultado antes de impostos		1.339.752,39	(288.487,83)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		1.339.752,39	(288.487,83)

A Contabilista Certificada (nº 97226)

Liliana Neto

A Mesa Administrativa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2025

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS 2025	PERÍODOS 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		11.044.795,58	10.121.889,04
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		(2.630.322,83)	(2.538.109,36)
Pagamentos ao pessoal		(5.577.200,30)	(5.308.387,17)
Caixa gerada pelas operações		2.837.272,45	2.275.392,51
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(1.733.391,56)	(1.986.341,69)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1.103.880,89	289.050,82
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1.277.250,81)	(500.402,22)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		495.871,13	487.481,44
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Subsídios ao investimento		267.492,26	73.932,30
Juros e rendimentos similares		358,44	358,48
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(513.528,98)	61.370,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(114.446,76)	(439.446,76)
Juros e gastos similares		(30.394,95)	(43.823,02)
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(144.841,71)	(483.269,78)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		445.410,20	(132.848,96)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.225.625,76	1.358.474,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.671.035,96	1.225.625,76

A Contabilista Certificada (nº 97226)

Liliana Reis

A Mesa Administrativa

6. Análise

Rendimentos

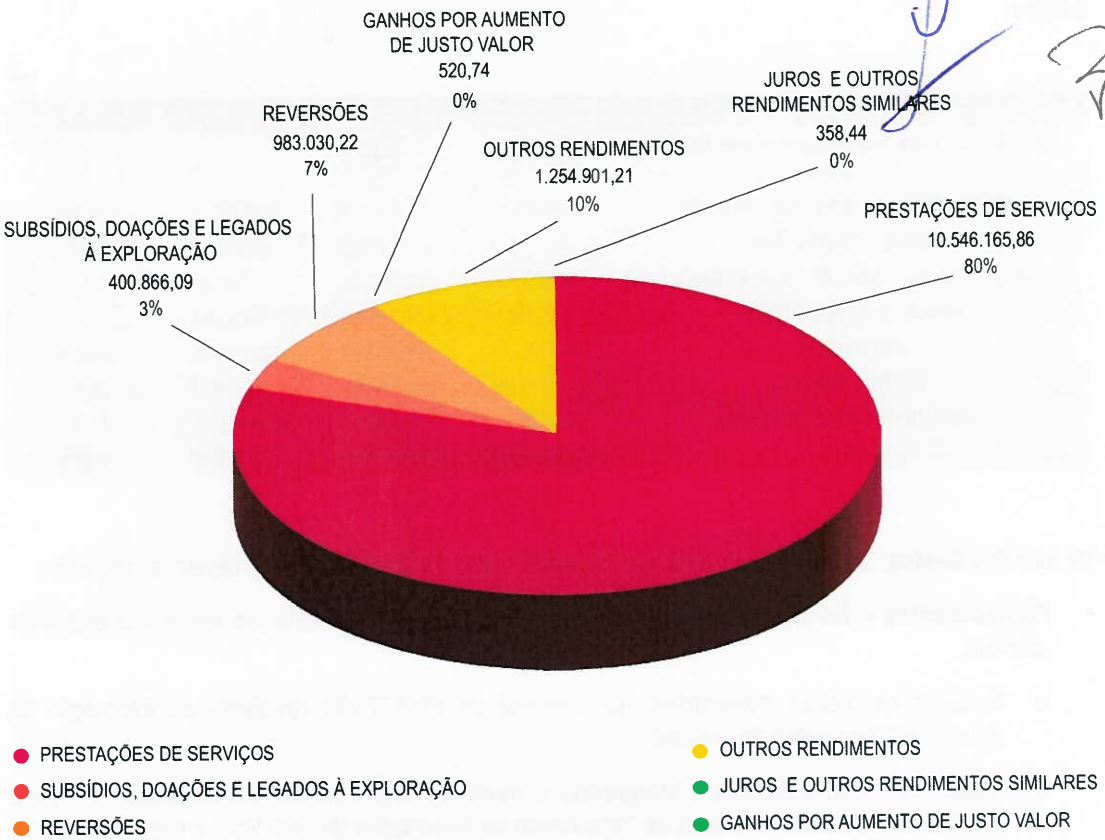
Euros

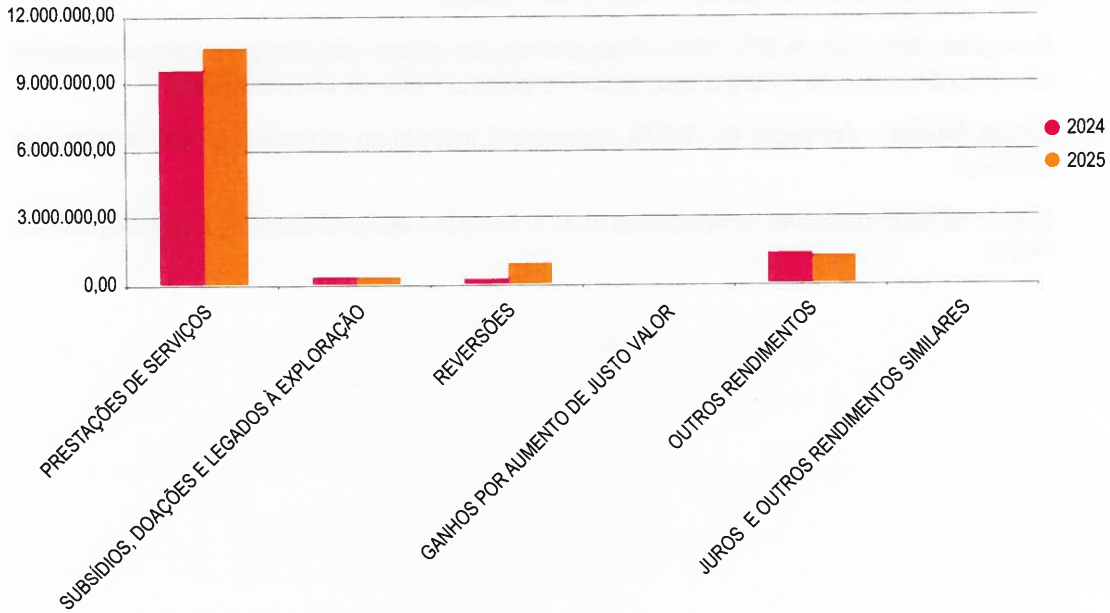
	2024	2025	DIF.	DIF. %
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	9.577.847,65	10.546.165,86	968.318,21	10,11%
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	354.245,96	400.866,09	46.620,13	13,16%
REVERSÕES	299.566,71	983.030,22	683.463,51	228,15%
GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR	0,00	520,74	520,74	
OUTROS RENDIMENTOS	1.338.151,45	1.254.901,21	-83.250,24	-6,22%
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	358,48	358,44	-0,04	-0,01%
TOTAL	**11.570.170,25**	**13.185.842,56**	**1.615.672,31**	**13,96%**

No total dos **Rendimentos**, registou-se em 2025 um aumento de **13,96%** face ao exercício de 2024, correspondente a um acréscimo absoluto de **€1.615.672,31**.

Esta evolução positiva resulta dos seguintes fatores:

- **Prestações de Serviços** – Aumento 10,11% devido essencialmente à atualização dos valores dos Acordos de Cooperação, no âmbito do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário – Biénio 2025/2026, celebrado entre o Estado Português e as Entidades do Setor Social e Solidário, visando assegurar, de forma progressiva e anual, o reforço das comparticipações da Segurança Social, em alinhamento com o custo real das respostas sociais, e renegociação dos valores de comparticipação familiar, solicitada a utentes integrados em valências residenciais sem acordo de cooperação;
- **Subsídios, doações e legados à exploração** – Aumento 13,16% inserido no âmbito da responsabilidade social de empresas e parceiros institucionais;
- **Reversões** – Aumento 228,15% decorrente do ajustamento das provisões constituídas em exercícios anteriores, com o cumprimento da responsabilidade institucional em garantir condições adequadas de acolhimento aos seus utentes, tendo em consideração a respetiva esperança média de vida.
- **Outros Rendimentos** - diminuição 6,22% associada à redução de correções relativas a exercícios anteriores;


GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR
520,74
0%
REVERSÕES
983.030,22
7%
OUTROS RENDIMENTOS
1.254.901,21
10%
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES
358,44
0%
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS
10.546.165,86
80%
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO
400.866,09
3%
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO
REVERSÕES
OUTROS RENDIMENTOS
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES
GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR


12.000.000,00
9.000.000,00
6.000.000,00
3.000.000,00
0,00
2024
2025
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO
REVERSÕES
GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR
OUTROS RENDIMENTOS
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES

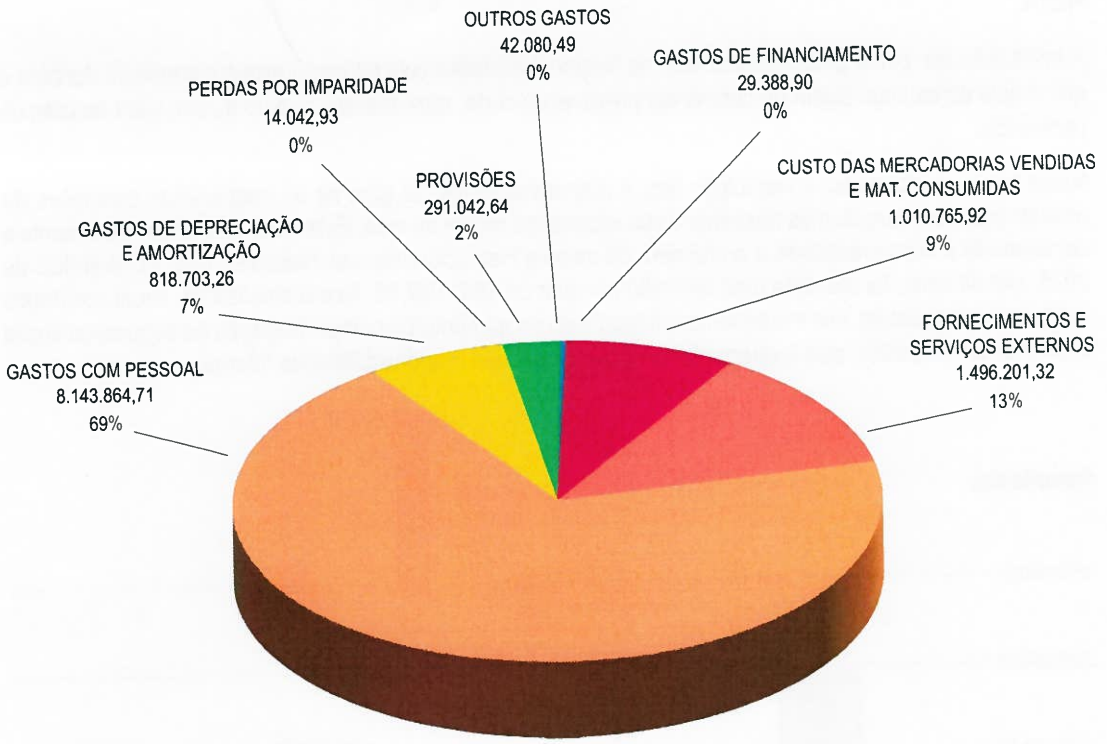
Gastos

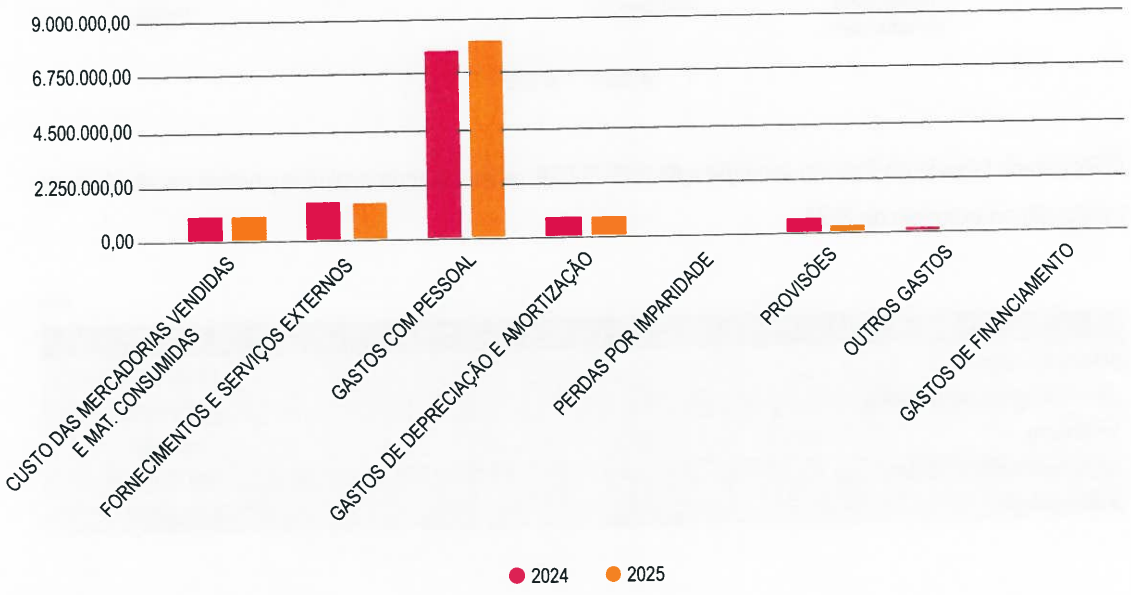
Euros

	2024	2025	DIF.	DIF. %
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS	1.027.868,95	1.010.765,92	-17.103,03	-1,66%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1.545.658,45	1.496.201,32	-49.457,13	-3,20%
GASTOS COM PESSOAL	7.702.172,78	8.143.864,71	441.691,93	5,73%
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	782.780,89	818.703,26	35.922,37	4,59%
PERDAS POR IMPARIDADE	0,00	14.042,93	14.042,93	
PROVISÕES	582.056,53	291.042,64	-291.013,89	-50,00%
OUTROS GASTOS	175.264,96	42.080,49	-133.184,47	-75,99%
GASTOS DE FINANCIAMENTO	42.855,52	29.388,90	-13.466,62	-31,42%
TOTAL	**11.858.658,08**	**11.846.090,17**	**-12.567,91**	**-0,11%**

No total dos **Gastos,** verifica-se, em 2025, um decrescimo de -0,11% (€-12.567,91), devido ao seguinte:

- **Fornecimentos e Serviços Externos** - diminuição 3,20% com particular incidência nas seguintes rubricas:
  - Redução na rubrica **Honorários**, no montante de €118.773,92 resultante da integração de prestadores no quadro de pessoal;
  - Redução na rubrica **Rendas e Alugueres,** no montante de €14.323,00, em resultado do término de contratos associados à área de Tecnologias de Informação (projeto WiFi e requalificação do Data Center);
  - Redução na rubrica **Material de Escritório,** no valor de €4.751,00, decorrente da informatização de procedimentos internos;
- **Gastos com Pessoal** - aumento de 5,73% resultante da atualização do salário mínimo nacional e das respetivas repercussões no quadro de pessoal da Instituição;
- **Provisões** - diminuição de 50%, reflexo do ajustamento dos valores considerados no exercício anterior, em consonância com os encargos associados à esperança média de vida dos utentes;
- **Outros Gastos** - diminuição de 75,99% associada à redução de correções relativas a exercícios anteriores;
- **Gastos de Financiamento** - diminuição de 31,42%, resultante dos juros associados ao financiamento IFRRU.


OUTROS GASTOS
42.080,49
0%
GASTOS DE FINANCIAMENTO
29.388,90
0%
PERDAS POR IMPARIDADE
14.042,93
0%
PROVISÕES
291.042,64
2%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS
E MAT. CONSUMIDAS
1.010.765,92
9%
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO
E AMORTIZAÇÃO
818.703,26
7%
FORNECIMENTOS E
SERVIÇOS EXTERNOS
1.496.201,32
13%
GASTOS COM PESSOAL
8.143.864,71
69%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS
GASTOS COM PESSOAL
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO
PERDAS POR IMPARIDADE
PROVISÕES
OUTROS GASTOS
GASTOS DE FINANCIAMENTO

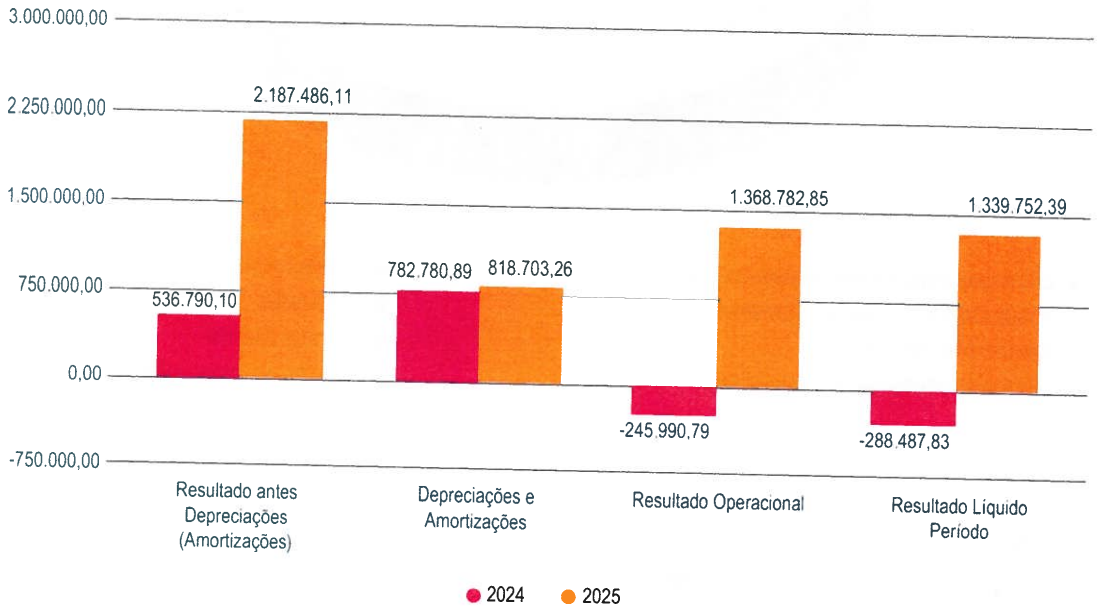

9.000.000,00
6.750.000,00
4.500.000,00
2.250.000,00
0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS
GASTOS COM PESSOAL
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO
PERDAS POR IMPARIDADE
PROVISÕES
OUTROS GASTOS
GASTOS DE FINANCIAMENTO
2024
2025

NOTA:

A Instituição tem como prática reconhecer as responsabilidades cuja natureza esteja claramente definida e que à data do balanço sejam de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência.

Neste caso em concreto, a Instituição tem a responsabilidade de garantir as necessárias condições de acolhimento aos seus utentes mediante a sua esperança média de vida. Este valor tem vindo anualmente a ser ajustado à nossa realidade e ao número de utentes institucionalizados. Nesse sentido, no exercício de 2025, globalmente, foi efetuada uma reversão no valor de €691.987,58, face à atualização anual dos dados subjacentes ao cálculo, nomeadamente em resultado do aumento da comparticipação da segurança social e diminuição de gastos, que levaram à diminuição global das responsabilidades futuras.

Resultados



O Resultado Líquido do Período ascende a €1.339.752,39, refletindo uma evolução positiva da atividade da Instituição no exercício de 2025.

Euros

	2024
Resultado Líquido	1.339.752,39
Provisões (aumentos / reduções)	(691.987,58)
Imparidades	14.042,93
Depreciações e Amortizações	818.703,26
Meios Libertos	**1.480.511,00**

Proposta de Aplicação de Resultados:

A **Mesa Administrativa** propõe que o **Resultado Líquido positivo do exercício**, no montante de **€1.339.752,39**, seja integralmente aplicado em **Resultados Transitados,** reforçando a sustentabilidade financeira da Instituição.

INVESTIMENTO

Durante o exercício de 2025, o investimento realizado ascendeu a **€511.565,32**, destacando-se:

- Obras de reabilitação no **Centro Comunitário de Geão;**
- Instalação do sistema VRV, no âmbito de candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), em substituição das unidades de aquecimento existentes na **Casa de Repouso de Real;**
- Obras de reabilitação de aposentos no **Lar José Luís d'Andrade.**

Relativamente ao **investimento em curso,** no montante de **€828.188,32,** salientam-se:

- Construção dos **Serviços Centrais da Instituição,** nas instalações da antiga FECOLI, visando a centralização dos serviços de Cozinha Central, Lavandaria e Compras;
- Construção da **Unidade de Dia e Promoção da Autonomia,** integrada na Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração, no âmbito de candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Importa, por fim, salientar o rigor orçamental adotado na preparação e apresentação do Plano de Atividades para 2025, assegurando a conformidade com os princípios de boa gestão financeira e a utilização eficiente, responsável e sustentável dos recursos da Instituição.

Anexos

Anexo

Certificação Legal das Contas

Parecer do Conselho Fiscal

Misericórdia de Santo Tirso

Índice

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE 2
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS 3
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 9
5. ATIVOS INTANGÍVEIS 11
6. INVENTÁRIOS 12
7. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES 12
8. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS 13
9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS 14
10. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS 15
11. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO 16
12. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS 16
13. OUTRAS DIVULGAÇÕES 16

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO** , é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social nos termos do nº1 do artigo 1º do estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº119/83 de 25 de Fevereiro registada na Direção Geral de Ação Social em 14-09-83 no livro das Irmandades da Misericórdia, fls.141 e 141 verso sob o nº 55/83, com sede em Rua da Misericórdia, 171, 4780-501 – Santo Tirso.
Exerce a sua atividade no campo social, competindo-lhe para a prossecução dos seus objetivos:

- Promover o diagnóstico e implementação de medidas na área da saúde, ação social e afins;
- Estabelecer redes e parcerias com entidades públicas ou privadas para a definição e concretização de estratégias de ação;
- Criar e dinamizar valências para servir a comunidade ou grupos sociais específicos e franjas sociais mais desfavorecidas;
- Garantir o funcionamento das respostas sociais criadas;
- Promover a qualidade dos serviços prestados, de modo a garantir o bem-estar dos utentes;
- Garantir a igualdade de oportunidades e a não discriminação social;
- Promover iniciativas de formação profissional ou de carácter educativo / formativo, para ativos e/ou elementos externos à Instituição, de modo a contribuir para o desenvolvimento pessoal, profissional e social dos mesmos;
- Divulgar as ações desenvolvidas aos Irmãos e à comunidade local;
- Preservar o seu património com valor histórico e artístico;
- Recorrer a iniciativas de financiamento nacionais e comunitárias para a prossecução dos seus fins;
- Gerir o seu património de rendimento, segundo critérios de eficiência e rentabilidade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas a partir dos registos contabilísticos da Instituição e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo);

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Instituição, foi utilizada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo ("NCRF – ESNL"), em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI), às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que a NCRF – ESNL não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Instituição se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Instituição e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 4.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições da NCRF – ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do NCRF – ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Não se registaram alterações significativas do âmbito da atividade da Instituição que possam prejudicar a comparabilidade dos itens das demonstrações financeiras ou pôr em causa a característica qualitativa das informações disponibilizadas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2011 (data de transição para NCRF–ESNL) encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição deduzido de depreciações e quaisquer perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de qualquer depreciação acumulada e eventuais perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo), com exceção dos terrenos e edifícios, relativamente aos quais, a Instituição optou pelo modelo de revalorização, dado que a generalidade dos mesmos foi adquirida antes de 1999, não sendo possível

identificar de forma inequívoca o seu valor de aquisição. Neste sentido, o processo de avaliação dos imoveis foi finalizado em 2016.
Os aumentos à quantia escriturada em resultado de revalorizações são creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra a respetiva quantia escriturada de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração de resultados como perdas de imparidade. A frequência das revalorizações é definida pelas alterações no justo valor dos ativos revalorizados, sendo consideradas sempre que estas difiram materialmente da quantia escriturada.
Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens depreciáveis, são também transferidos para a rubrica de Resultados Transitados.

Os ativos atribuídos a título gratuito, por herança ou doação, são mensurados ao justo valor, o qual é determinado por avaliação efetuada por uma entidade especializada e independente.

O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os bens subjacentes estejam disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/ retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo). Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação em que a Instituição age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Nas locações financeiras, o custo do ativo é registado no balanço do ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

d) Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, no caso deste ser inferior. Os inventários adquiridos a título gratuito são mensurados pelo valor realizável líquido/valor de mercado atribuído pelo fornecedor.

e) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

f) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

g) Instrumentos financeiros

i) Utentes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de utentes e outros terceiros encontram-se registadas pelo seu custo, deduzidas no de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.
Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

v) Investimentos financeiros

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. Os outros investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

h) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são valorizadas e registadas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Instituição é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro.

i) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber", "Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos".

j) Rédito

O rédito relativo a venda de bens e prestação de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Instituição, é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

k) Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio que se torne reembolsável é contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. O reembolso de um subsídio é aplicado em primeiro lugar em contrapartida de qualquer crédito diferido não amortizado registado com respeito ao subsídio. Na medida em que o reembolso exceda tal crédito diferido, ou quando não exista crédito diferido, o reembolso é reconhecido imediatamente como um gasto.

As doações são reconhecidas em rendimentos, exceto se se tratarem de ativos depreciáveis, em que é reconhecido em outras variações nos fundos patrimoniais, sendo transferidas, numa base sistemática, para resultados, na das depreciações dos bens a que respeitam.

l) Imposto sobre o rendimento

Nos termos do despacho de 22 de Fevereiro de 1991, proferido por delegação do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi concedido à Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, a isenção de IRC, no que respeita aos "rendimentos comerciais e industriais diretamente derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários", "aos rendimentos de capitais, com exceção dos de quaisquer títulos ao portador não registados nem depositados", aos rendimentos prediais e aos ganhos de mais-valias.

m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da Instituição quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Instituição. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

o) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Instituição classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, de utentes, de subsídios relacionados com rendimentos, pagamentos a fornecedores, pagamentos

ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de juros.

3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo.

3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Instituição no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.4 Alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e correção de erros

Não se registou no período qualquer alteração das políticas contabilísticas adotadas, as quais têm vindo a ser aplicadas de forma consistente em operações semelhantes, outros acontecimentos e condições, pelo que a informação disponibilizada é fiável e relevante para a tomada de decisões. No período, não verificou-se igualmente qualquer alteração de estimativas contabilísticas, nem qualquer reconhecimento de erros.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Ver nota 3.1 a)

b) Método de depreciação usado e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis:

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

	Vida útil	Taxa de depreciação
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	10 - 50	2,00% - 10,00%
Equipamento básico	6	16,66%
Equipamento de transporte	5	25,00%
Equipamento administrativo	6	16,66%
Outros ativos fixos tangíveis	6	16,66%

c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

2025	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros	Investimentos em curso	TOTAL
Quantia escriturada bruta:								
Saldo inicial	**8.607.914,62**	**30.416.192,02**	**1.677.841,36**	**507.150,62**	**669.484,10**	**988.789,15**	**93.807,88**	**42.961.179,75**
Adições		337.923,21	34.489,89	123.129,60	2.618,08	13.404,54	828.188,32	**1.339.753,64**
Revalorizações								-
Alienações e abates			(40.183,60)	(61.500,01)	(2.854,61)	(1.299,43)	-	**(105.837,65)**
Transferências								-
Saldo final	**8.607.914,62**	**30.754.115,23**	**1.672.147,65**	**568.780,21**	**669.247,57**	**1.000.894,26**	**921.996,20**	**44.195.095,74**
Depreciações acumuladas:								
Saldo inicial		**5.557.210,92**	**1.572.570,70**	**422.221,94**	**593.489,05**	**453.662,75**	**-**	**8.599.155,36**
Adições		678.994,97	63.937,19	38.117,10	26.436,94	11.217,06	-	**818.703,26**
Revalorizações							-	-
Alienações e abates			(37.471,54)	(51.250,00)	(2.854,61)	(1.299,43)	-	**(92.875,58)**
Transferências	-						-	-
Saldo final	**-**	**6.236.205,89**	**1.599.036,35**	**409.089,04**	**617.071,38**	**463.580,38**	**-**	**9.324.983,04**
Quantia escriturada	**8.607.914,62**	**24.517.909,34**	**73.111,30**	**159.691,17**	**52.176,19**	**537.313,88**	**921.996,20**	**34.870.112,70**

2024	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros	Investimentos em curso	TOTAL
Quantia escriturada bruta:								
Saldo inicial	**8.607.914,62**	**29.984.400,45**	**1.643.428,67**	**520.650,62**	**686.907,73**	**990.941,95**	**87.453,00**	**42.521.697,04**
Adições		431.791,57	40.194,24	21.990,00	7.298,63	11.435,93	6.354,88	**519.065,25**
Revalorizações								-
Alienações e abates			(5.903,81)	(35.490,00)	(24.721,90)	(13.588,73)		**(79.704,44)**
Transferências			122,26		(0,36)	-	-	**121,90**
Saldo final	**8.607.914,62**	**30.416.192,02**	**1.677.841,36**	**507.150,62**	**669.484,10**	**988.789,15**	**93.807,88**	**42.961.179,75**
Depreciações acumuladas:								
Saldo inicial		**4.912.808,35**	**1.521.967,68**	**403.802,99**	**585.938,10**	**450.723,45**	**-**	**7.875.240,57**
Adições		644.402,57	56.506,83	33.206,45	32.277,50	16.528,63	-	**782.921,98**
Revalorizações							-	-
Alienações e abates	-	-	(5.903,81)	(14.787,50)	(24.726,58)	(13.588,73)	-	**(59.006,62)**
Transferências	-	-		-	0,03	(0,60)	-	**(0,57)**
Saldo final	**-**	**5.557.210,92**	**1.572.570,70**	**422.221,94**	**593.489,05**	**453.662,75**	**-**	**8.599.155,36**
Quantia escriturada	**8.607.914,62**	**24.858.981,10**	**105.270,66**	**84.928,68**	**75.995,05**	**535.126,40**	**93.807,88**	**34.362.024,39**

4.2 Divulgações sobre restrições, garantias

- Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos:

Ativos fixos tangíveis dados como garantia	Quantia escriturada	Passivo associado	Valor do passivo 31.12.2025
UCC Longa Duração	2.308.737,72	Financiamento ao abrigo do IFRRU 2020 (Santander)	1.159.916,58

4.3 Ativos fixos tangíveis revalorizados

Ativos fixos tangíveis	Quantia escriturada	Excedente de revalorização	Quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados
Terrenos e recursos naturais	8.607.914,62	6.019.743,09	2.588.171,53
Edifícios e outras construções	24.517.909,34	12.596.795,61	11.921.113,73
Total	33.125.823,96	18.616.538,70	14.509.285,26

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1 Divulgações sobre ativos intangíveis:

a) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

2025	
	Programas de computador
Quantia escriturada bruta:	
Saldo inicial	**124.960,75**
Adições	-
Alienações e abates	(7.140,00)
Transferências	-
Saldo final	**117.820,75**
Amortizações acumuladas:	
Saldo inicial	**124.960,75**
Adições	-
Alienações e abates	(7.140,00)
Transferências	-
Saldo final	**117.820,75**
Quantia escriturada	**-**

6. INVENTÁRIOS

6.1 Quantia total escriturada de inventários

	31.12.2025	31.12.2024
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	57.330,60	44.502,59
Perdas por imparidade acumuladas		
Quantia escriturada	57.330,60	44.502,59

6.2 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

	2025	2024
Inventário inicial	44.502,59	54.127,19
Compras	1.025.781,02	1.019.406,11
Reclassific. e regularização de inventários	2.187,09	1.161,76
Inventário final	57.330,60	44.502,59
Gasto do período	1.010.765,92	1.027.868,95

7. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

7.1 Reconciliação, para cada classe de provisões da quantia escriturada no início e no fim do período

	31.12.2024	Movimento 2025	31.12.2025
Responsabilidades futuras em lares	5.762.991,17	(691.987,58)	5.071.003,59
Processos judiciais em curso	7.829,03	-	7.829,03
Quantia escriturada	5.770.820,20	(691.987,58)	5.078.832,62

No exercício, globalmente, foi efetuada uma reversão no valor de 691.987,58 euros, referentes a responsabilidades futuras assumidas, com os utentes das valências residenciais, face à atualização anual dos dados subjacentes ao cálculo, nomeadamente em resultado do aumento da comparticipação da segurança social e diminuição de gastos, que levaram à diminuição global das responsabilidades futuras. De acordo com os contratos celebrados com estes utentes, a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, obriga-se à prestação de serviços de alojamento, alimentação, tratamento de roupa, cuidados de saúde básicos, higiene e conforto pessoal e acompanhamento psicossocial.

7.2 Passivos contingentes

Está a decorrer um processo judicial instaurado por um ex-colaborador da Instituição, cujo desfecho é, à data, ainda incerto. Com base na informação atualmente disponível, é convicção da Mesa Administrativa de que o processo terá uma conclusão favorável e que não é provável que deste resultem exfluxos financeiros significativos da Instituição.

8. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

8.1 Subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras

Os subsídios reconhecidos para os períodos de 2025 e 2024, discriminam-se conforme segue:

	2025			
Subsídio / Projeto	**Ativo (Outros ativos correntes)**	**Diferimentos (Rendimentos a reconhecer)**	**Fundos patrimoniais**	**Demonstração dos Resultados**
Subsídios relacionados com ativos				
Comiss. Reg.Norte Luta Contra Pobreza	-	-	132.360,19	5.515,01
Programa Operacional Integrar	-	-	119.703,39	4.987,64
Ministério do trabalho e da Solidariedade	-	-	283.481,85	10.049,96
Saúde XXI	-	-	54.000,00	2.000,00
ARS Norte IP (Programa Modular)	-	-	510.000,00	15.000,00
Fundo Rainha Dona Leonor	-	-	136.903,26	3.339,11
Programa Operacional Regional do NORTE 2020	-	-	447.929,25	13.174,39
POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emp	-	-	-	-
PRR (Plano de Recuperação e Resiliência)	-	-	11.250,14	5.000,00
Fundação " La Caixa"" Immersive Room"	-	-	32.427,50	1.907,50
Câmara Municipal de Santo Tirso	-	-	16.624,99	291,67
PRR - NextGeneration EU - Sistema VRV	-	-	157.420,12	9.875,41
PRR - Alargamento RNCCI (UDPA)	111.458,31	-	128.113,00	-
	111.458,31	-	2.030.213,69	71.140,69
Subsídios relacionados com rendimentos				
Instituto Segurança Social (Acordos Cooperação)	-	-	-	156.372,36
Pessoas FSE+000948000 Centro de Emergência	68.230,64	99.064,45	-	138.585,56
Câmara Municipal de Santo Tirso	-	4.775,22	-	33.152,92
Outros	6.980,35	6.980,35	-	1.000,00
				-
	75.210,99	110.820,02	-	329.110,84

	2024			
Subsídio / Projeto	**Ativo (Outros ativos correntes)**	**Diferimentos (Rendimentos a reconhecer)**	**Fundos patrimoniais**	**Demonstração dos Resultados**
Subsídios relacionados com ativos				
Comiss. Reg.Norte Luta Contra Pobreza	-	-	137.875,20	5.515,01
Programa Operacional Integrar	-	-	124.691,03	4.987,64
Ministério do trabalho e da Solidariedade	-	-	293.531,81	10.049,96
Saúde XXI	-	-	56.000,00	2.000,00
ARS Norte IP (Programa Modular)	-	-	525.000,00	15.000,00
Fundo Rainha Dona Leonor	-	-	140.242,37	3.339,11
Programa Operacional Regional do NORTE 2020	-	-	461.103,64	13.174,39
POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emp	-	-	-	40,94
PRR (Plano de Recuperação e Resiliência)	-	-	16.250,14	19.583,33
Fundação " La Caixa" Immersive Room"	-	-	34.335,00	1.907,50
Câmara Municipal de Santo Tirso			16.916,66	291,67
PRR - NextGeneration EU - Sistema VRV	137.508,70		196.441,00	-
	137.508,70	-	2.002.386,85	75.889,55
Subsídios relacionados com rendimentos				
Instituto Segurança Social (Acordos Cooperação)	-	-	-	147.484,09
Pessoas FSE+000948000 Centro de Emergência	127.601,27	41.340,37	-	128.714,01
Instituto de Emprego e Formação Profissional	-	-	-	3.971,99
Câmara Municipal de Santo Tirso	-	23.875,14		29.348,91
Outros	6.980,35	6.980,35	-	4.000,00
	134.581,62	72.195,86	-	313.519,00

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

9.1 Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao custo

	31.12.2025			31.12.2024		
	Custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada	Custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
Fundo de compensação do trabalho	46.576,36	-	46.576,36	46.576,36	-	46.576,36
Outros	7.927,59	-	7.927,59	7.406,85	-	7.406,85
Investimentos financeiros	54.503,95	-	54.503,95	53.983,21	-	53.983,21
Clientes	607.526,48	-	607.526,48	618.048,20		618.048,20
Utentes	137.543,85	(14.042,93)	123.500,92	140.662,83	-	140.662,83
Créditos a receber	745.070,33	(14.042,93)	731.027,40	758.711,03	-	758.711,03
Quotas	12.535,00	-	12.535,00	9.575,00	-	9.575,00
Irmãos	12.535,00	-	12.535,00	9.575,00	-	9.575,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	49.992,76	-	49.992,76	17.545,54	-	17.545,54
Comparticipações Segurança Social	12.210,76	-	12.210,76	25.767,82	-	25.767,82
Comparticipações ACSS, IP	128.899,24	-	128.899,24	124.095,82	-	124.095,82
Subsídios	233.089,61	-	233.089,61	290.484,97	-	290.484,97
Outros	35.671,11	-	35.671,11	47.897,05	-	47.897,05
Outros ativos correntes	459.863,48	-	459.863,48	505.791,20	-	505.791,20

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

	31.12.2025			31.12.2024		
	Passivo Corrente	Passivo Não corrente	Total	Passivo Corrente	Passivo Não corrente	Total
Fornecedores, c/c	390.915,44	-	390.915,44	396.011,39	-	396.011,39
Fornecedores	390.915,44	-	390.915,44	396.011,39	-	396.011,39
Empréstimos bancários	105.446,76	1.054.469,82	1.159.916,58	114.446,76	1.159.916,58	1.274.363,34
Financiamentos obtidos	105.446,76	1.054.469,82	1.159.916,58	114.446,76	1.159.916,58	1.274.363,34
Credores por acréscimos de gastos - férias e subsídio de férias	1.080.702,74	-	1.080.702,74	1.084.370,60	-	1.084.370,60
Credores por acréscimos de gastos - outros	161.039,97	-	161.039,97	54.118,73	-	54.118,73
Fornecedores de investimentos	84.708,32	-	84.708,32	60.515,89	-	60.515,89
Valores à guarda - Utentes	334.697,92	-	334.697,92	360.274,74	-	360.274,74
PRR - Alargamento RNCP (UP)	191.100,00	-	191.100,00	-	-	-
Outros credores	54.387,77	-	54.387,77	43.083,58	-	43.083,58
Outras dívidas a pagar	1.906.636,72	-	1.906.636,72	1.602.363,54	-	1.602.363,54

9.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais

	31.12.2024	Aplicação do resultado líquido	Realização excedente	Aumentos	Diminuições	31.12.2025
Fundos	3.117.461,88	-	-	-	-	3.117.461,88
Resultados transitados	1.413.282,66	(288.487,83)	305.528,01			1.430.322,84
Excedentes de revalorização	18.922.066,71		(305.528,01)	-		18.616.538,70
Subsídios	2.002.386,85	-	-	98.967,53	(71.140,69)	2.030.213,69
Doações	2.406.857,91	-	-	123,00	-	2.406.980,91
Resultado líquido do período	(288.487,83)	288.487,83	-	-	1.339.752,39	1.339.752,39
						-
	27.573.568,18	-	-	99.090,53	1.268.611,70	28.941.270,41

10. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

10.1 Número médio de empregados durante o período

	2025	2024
Início do período	409	417
Fim do período	399	409
Média do período	411	416

10.2 Gastos com o pessoal

	2025	2024
Vencimentos e salários		
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	6.652.325,70	6.323.261,72
Encargos com segurança social		
Remunerações dos órgãos sociais	-	
Remunerações do pessoal	1.380.413,01	1.292.269,66
Indemnizações	8081,07	8.598,64
Seguros	72.321,73	48.500,04
Outros	30.723,20	29.542,72
	8.143.864,71	7.702.172,78

11. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

11.1 Autorização para emissão

As Demonstrações financeiras foram apresentadas e aprovadas pela Mesa Administrativa em 2 de março de 2026.

11.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

12. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- **Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro:**
  A Instituição não está em mora no pagamento de contribuições e impostos ao Estado.

- **Art.º 210º do Código Contributivo:**
  A Instituição não tem dívidas vencidas e em mora à Segurança Social.

13. OUTRAS DIVULGAÇÕES

13.1 Serviços prestados

	2025	2024
Quotas dos utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utentes	3.094.699,34	2.798.871,03
Quotas e jóias	279.640,10	9.652,50
Internamentos, Consultas, Urgências e Enfermagem	451.360,79	462.825,25
Meios Complementares de Diagnostico e Terapêutica	151.325,94	132.951,77
Medicina Fisica e de Reabilitação	1.153.818,21	1.196.138,45
Instituto da Segurança Social (Acordos de cooperação)	3.349.980,08	2.978.450,03
ACSS Administração Central do Sistema de Saúde (ARS) (Acordos de cooperação)	1.510.584,60	1.461.843,16
Unidade de transição	452.280,00	444.520,00
Outros	102.476,80	92.595,46
	10.546.165,86	9.577.847,65

13.2 Estado e outros entes públicos

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto sobre o valor acrescentado	98.347,49	72.784,87
Total ativo	98.347,49	72.784,87

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	65.498,37	62.640,67
Imposto sobre o valor acrescentado	28.609,53	45.469,40
Contribuições para a Segurança Social	283.066,35	272.125,48
Outros	-	-
Total passivo	377.174,25	380.235,55

13.3 Caixa e depósitos bancários

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	9.563,65	3.129,33
Depósitos à ordem	1.409.245,50	970.285,06
Depósitos a prazo	252.226,81	252.211,37
	1.671.035,96	1.225.625,76

13.4 Diferimentos

	31.12.2025	31.12.2024
Gastos a reconhecer		
Seguros	11.276,89	16.776,78
Outros	12.013,62	19.783,23
	23.290,51	36.560,01

	31.12.2025	31.12.2024
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios	110.820,02	72.195,86
Outros	12.481,05	
	123.301,07	72.195,86

13.5 Fornecimentos e serviços externos

	2025	2024
Subcontratos		
Área saúde	314.227,96	260.899,49
Outros	11.424,60	12.332,50
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	170.041,98	148.789,93
Publicidade e propaganda	431,73	2.590,13
Vigilância e segurança	5.678,98	5.463,89
Honorários	121.269,90	240.042,82
Conservação e reparação	75.918,43	78.078,35
Serviços bancários	7.662,96	6.248,82
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	31.679,27	33.286,00
Livros e documentação técnica	992,18	1.809,55
Material de escritório	13.339,25	18.089,93
Artigos para oferta	3.885,11	2.827,00
Ferramentas Informáticas	2.142,15	1.072,00
Rouparia	13.245,67	10.751,36
Energia e fluídos		
Eletricidade	163.350,13	159.988,49
Combustíveis	22.383,74	24.249,24
Água	39.054,73	34.463,81
Outros	326.347,11	326.350,71
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	10.284,28	3.712,04
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	8.468,53	22.791,88
Comunicação	29.543,35	28.220,17
Seguros	38.296,65	36.103,90
Limpeza, higiene e conforto	694,95	436,65
Outros serviços	9.199,02	17.597,00
Encargos com Utentes		
Encargos de saúde	56.657,17	55.360,92
Jornais e revistas	2.461,50	1.996,00
Material didático	2.604,13	2.668,91
Outros encargos	14.915,86	9.436,96
	1.496.201,32	1.545.658,45

13.6 Outros rendimentos

	2025	2024
Rendimentos suplementares	572.187,19	572.384,98
Descontos de pronto pagamento obtidos	241,07	155,07
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	506.406,09	492.222,01
Imputação de subsídios para investimentos	71.140,69	76.878,07
Correções relativas a períodos anteriores		
Diferencial Apurado Segurança Social	6.501,36	28.322,73
ARS Norte - Diferencial Retroativos	-	32.111,25
Subsídios conhecidos no ano corrente	61.972,31	94.501,59
Outras	134,37	7.131,31
Outros	36.318,13	34.444,44
	1.254.901,21	1.338.151,45

13.7 Outros gastos

	2025	2024
Impostos	2.133,79	2.705,69
Outros	24.559,12	145.506,94
Correções relativas a períodos anteriores	3.870,00	3.870,00
Quotizações	11.517,58	23.182,33
Outros	42.080,49	175.264,96

13.8 Juros e gastos similares suportados

	2025	2024
Empréstimos obtidos de médio longo prazo	26.645,62	39.330,66
Outros	2.743,28	3.524,86
	29.388,90	42.855,52

Santo Tirso, 2 de março de 2026

A Contabilista Certificada

A Mesa Administrativa

HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 37.978.047 euros e um total de fundos patrimoniais de 28.941.270 euros, incluindo um resultado líquido de 1.339.752 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO**, em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 3 de março de 2026

HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES, SROC
Representada por:

JOSÉ HENRIQUE POÇAS DE ALMEIDA (ROC nº 698)
Registado na CMVM com o nº 20160338

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Elaborado nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do número um do art.º 31.º do Compromisso, o Conselho Fiscal emite o presente Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso (adiante designada por Misericórdia), apresentados pela Mesa Administrativa, relativamente ao exercício de 2025.

2. O Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da Misericórdia, da atividade desenvolvida ao longo deste 140.º ano da sua existência, designadamente mediante reuniões e contactos com a Mesa Administrativa. Dispôs ainda da documentação que considerou necessária e obteve da Mesa e dos Serviços todos os esclarecimentos solicitados.

3. O Conselho Fiscal verificou a forma como a Misericórdia obteve e aplicou os recursos, bem como geriu o seu património nos diversos projetos realizados, descritos no Relatório de Atividades, procedeu à análise das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira, e indagou sobre o sistema organizativo implantado na Misericórdia e o recurso a prestação de serviços em diversas áreas de especialidade, bem como o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis.

4. Foram debatidas com os Auditores as questões fundamentais decorrentes da auditoria voluntária realizada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Henrique, Duarte & Gonçalves SROC, tendo-se considerado que essa auditoria foi realizada com total independência. Foi também apreciado o teor do Relatório de auditoria emitido na modalidade sem reservas e sem ênfases, o qual mereceu o acordo do Conselho Fiscal.

5. Foram debatidos com os responsáveis pela Instituição o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2025, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante daqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis ao setor não lucrativo, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados da Misericórdia.

6. Em consequência do acompanhamento e das análises efetuadas, o Conselho Fiscal considera que a Misericórdia foi gerida de acordo com as disposições legais e em conformidade com os fins estatutários e que o Relatório de Gestão e as Demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2025 (balanço, demonstração dos resultados por naturezas, demonstração dos fluxos de caixa e as notas anexas às demonstrações

financeiras) transmitem adequadamente a atividade desenvolvida pela Misericórdia em 2025 e a sua situação patrimonial com referência ao final do ano.

7. No decurso da fiscalização efetuada, o Conselho Fiscal dispôs de todas as condições para desempenhar a sua função sem quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Misericórdia, por parte dos seus Mesários, Colaboradores ou outros.

8. O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela colaboração e apoio que obteve da gerência dos Auditores e dos Serviços.

9. Face ao acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

a) O Relatório da Mesa Administrativa e as Contas do exercício de 2025;

b) A proposta de aplicação de resultados formulada pela Mesa Administrativa no seu relatório.

Santo Tirso, 04 de março de 2026.

O CONSELHO FISCAL

António Jorge Pereira Ribeiro (Presidente)

Artur Manuel Cunha Guimarães Santoalha (Vice-Presidente)

Albino Agostinho Martins Sousa (Secretário)

17 objetivos para transformar o nosso mundo